

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA



A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE MESTRES, DOUTORES E LIVRE
DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
UFSC

- Estudo da Realidade -



03944015

NINA ROSA LIMA MEDEIROS

FLORIANÓPOLIS
FEVEREIRO/1986

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE MESTRES, DOUTORES E LIVRE DOCENTES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

- Estudo da Realidade -

NINA ROSA LIMA MEDEIROS

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de

- MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO -

(Área de Concentração: Administração Universitária), e aprovada
em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação.



Prof. Antonio Niccoló Grillo

Apresentada perante a Banca Examinadora composta pelos
professores:



Prof. Teodoro Rogério Vahl, Doutor
PRESIDENTE



Prof. Antonio Niccoló Grillo, Doutor

Prof. Nelson Colossi, M Sc

Ao Ângelo, meu marido e Ângelo e Adriano, meus filhos, pela compreensão das horas roubadas do agradável convívio familiar para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Teodoro Rogério Vahl, orientador deste estudo, pelo estímulo e orientação constantes.

A Universidade Federal de Santa Catarina.

À Coordenação do Curso de Mestrado em Administração da UFSC.

À Professora Claudete Ruas, do Departamento de Ciências Estatísticas e da Computação, pela dedicação demonstrada.

Aos professores que colaboraram e responderam ao questionário, possibilitando a realização deste trabalho.

À Maria Gorete Montguti, pela orientação bibliográfica.

Ao João Inácio Müller, pelos serviços datilográficos.

A todos que contribuíram, de alguma forma, para que este trabalho fosse realizado.

SIGLAS UTILIZADAS

- ARQ - Departamento de Arquitetura e Urbanismo
- BDC - Departamento de Biblioteconomia e Documentação
- BLG - Departamento de Biologia
- CAD - Departamento de Ciências da Administração
- CAL - Departamento de Ciências e Tecnologia de Alimentos
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior
- CCA - Centro de Ciências Agrárias
- CCB - Centro de Ciências Biológicas
- CCE - Centro de Comunicação e Expressão
- CCH - Centro de Ciências Humanas
- CCN - Departamento de Ciências Contábeis
- CCS - Centro de Ciências da Saúde
- CDS - Centro de Desportos
- CEC - Departamento de Ciências Estatísticas e da Computação
- CED - Centro de Ciências da Educação
- CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
- CEPE - Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais da UDESC
- CFE - Conselho Federal de Educação
- CFM - Centro de Ciências Físicas e Matemáticas
- CFS - Departamento de Ciências Fisiológicas
- CIF - Departamento de Ciências Farmacêuticas
- CLC - Departamento de Clínica Cirúrgica
- CLM - Departamento de Clínica Médica
- CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
- CNM - Departamento de Ciências Econômicas
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

- COM - Departamento de Comunicação Social
- COMUT - Programa de Comutação Bibliográfica
- COSUPI - Comissão Supervisora dos Planos dos Institutos
- COPERT - Comissão Permanente de Regime de Trabalho
- COPERTIDE - Comissão Permanente de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva
- CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente
- CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
- CSE - Centro Sócio-Econômico
- CSO - Departamento de Ciências Sociais
- CTC - Centro Tecnológico
- CTE - Coordenadoria Técnica de Ensino
- DE - Dedicção Exclusiva
- DEF - Departamento de Educação Física
- DPC - Departamento de Direito Público e Ciências Políticas
- DPP - Departamento de Direito Processual e Prática Forense
- DPS - Departamento de Direito Privado e Social
- DPT - Departamento de Patologia
- DSS - Departamento de Serviço Social
- DTO - Departamento de Tocoginecologia
- ECV - Departamento de Engenharia Civil
- EED - Departamento de Estudos Especializados em Educação
- EEL - Departamento de Engenharia Elétrica
- EMC - Departamento de Engenharia Mecânica
- ENQ - Departamento de Engenharia Química
- EPB - Coordenadoria de Estudos de Problemas Brasileiros
- FIL - Departamento de Filosofia
- FIT - Departamento de Fitotecnia
- FSC - Departamento de Física
- FUNTEC - Fundo de Desenvolvimento Técnico Científico

- GCN - Departamento de Geociências
- HST - Departamento de História
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IES - Instituição de Ensino Superior
- IMPA - Instituto de Matemática Pura e Aplicada
- ISI - Institute Scientific Information
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LLE - Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras
- LLV - Departamento de Língua e Literatura Vernáculas
- MTM - Departamento de Matemática
- MEC - Ministério da Educação e Cultura
- MEN - Departamento de Metodologia do Ensino
- MIP - Departamento de Microbiologia e Parasitologia
- MOR - Departamento de Ciências Morfológicas
- NFR - Departamento de Enfermagem
- NTR - Departamento de Nutrição
- PBDCT - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- PDS - Departamento de Prática Desportiva
- PDT - Departamento de Processos Diagnósticos e Terapêuticos Complementares
- PIT - Plano Individual de Trabalho
- PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação
- PROTEC - Programa de Expansão do Ensino Tecnológico
- PSI - Departamento de Psicologia
- PUC - Pontifícia Universidade Católica
- QMC - Departamento de Química
- RTS - Departamento de Artes
- SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
- SC - Santa Catarina

- SPB - Departamento de Saúde Pública
- SPSS - Statistical Package for the Social Sciences
- STM - Departamento de Estomatologia
- UDESC - Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
- UFPr - Universidade Federal do Paraná
- UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
- UnB - Universidade de Brasília
- UNICAMP - Universidade de Campinas
- USP - Universidade de São Paulo
- ZOT - Departamento de Zootecnia

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo identificar e analisar as causas que determinam a realização de trabalhos científicos por docentes da UFSC, que tenham obtido o título de Mestre, Doutor e Livre Docente. Pretendeu, também, investigar a produção científica destes docentes, bem como analisar as causas que determinam maior ou menor produção e suas conseqüências para a UFSC e para a comunidade.

O estudo foi realizado com trezentos e cinqüenta (350) professores, Mestres, Doutores e Livre Docentes, que espontaneamente, aceitaram participar da pesquisa, havendo representantes de todos os dez (10) Centros que compõem a estrutura administrativa da UFSC.

A fundamentação teórica focalizou o estudo de assuntos relacionados à formação de pós-graduação e sua relação com a pesquisa e a necessidade de produzir novos conhecimentos e divulgá-los.

A pesquisa, de caráter descritivo, teve a aplicação de um questionário dividido em duas partes: uma de identificação do docente e outra de informação da produção científica bem como de questões sobre os motivos facilitadores e as dificuldades para a sua realização.

Para a realização deste trabalho foi utilizado o Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Os dados foram processados no Núcleo de Processamento de Dados (NPD) da UFSC - máquina IBM 4341. O método estatístico empregado foi a análise dos componentes principais, cujo objetivo é resumir, utilizando

a melhor combinação possível, as sete (7) variáveis em uma única medida.

Os resultados indicaram que, para os duzentos e sessenta e seis (266) professores que produziram, os motivos que mais facilitam a realização de trabalhos científicos foram o interesse pessoal, apontado por 91,3% e a disponibilidade de horas semanais destinadas à realização de pesquisas (74%).

As principais razões apresentadas como entrave à produção destes trabalhos e respondidos por todos os trezentos e cinquenta (350) docentes foram o envolvimento com atividades administrativas (47,7%), seguido do número excessivo de horas/aula (40%), não tendo sido expressivo o número de professores que considerou a ausência de incentivo funcional (38,6%) como uma destas razões.

Os resultados indicaram ainda que a produção apresentada por estes docentes é pequena, havendo a concentração de grande número de professores com pequena produção e um número muito pequeno de docentes com produção expressiva.

Verificou-se que, embora tenha sido considerado o envolvimento em atividades administradas como um entrave à produção, no período em que os docentes se encontram ao exercício destas atividades, 71,7% dos professores aumentou sua produção.

Constatou-se, ainda, que a produção tem aumentado nos últimos anos apesar de, a partir de 1980, haver sido suprimido o incentivo funcional, vantagem percentual concedida sobre os vencimentos a quem realizava trabalhos científicos.

ABSTRACT

The aim of this study is to identify and analyze the factors which cause faculty members of the Federal University of Santa Catarina ("Universidade Federal de Santa Catarina" - UFSC) to successfully complete scientific research and who as a consequence have received M.A. degrees, Doctorates or "Livres Docentes" (roughly equivalent to a doctorate, but involving only the dissertation, and with no course work). It was also our intention to investigate the scientific production of those professors and at the same time analyze the causes for greater or lesser productivity, and the consequences for UFSC and the community.

The research was done with three hundred and fifty (350) members of the teaching staff, including Masters, Doctors, and "Livres Docentes", who spontaneously agreed to collaborate in the project, and who represent all ten of the centers which compose the administrative structure of UFSC.

The theoretical basis was grounded on a study of matters related to the Graduate Studies Program, its relationship to research and the necessity to produce and divulge new knowledge and information.

The research itself, which was of a descriptive nature, involved the formulation and distribution of a questionnaire, which was divided into two parts: one consisting of the identification of faculty members, and the other consisting of information about their scientific production, as well as factors involving facility/difficulty in its successful completion.

In order to carry out this study the Statistical Package for Social Sciences (SPSS) was utilized. Data were processed in the Data Processing Nucleus at UFSC on IBM machine n. 4341. The statistical method employed was that of analysis of the main components, and its objective is to synthesize the seven variables into a single measurement, utilizing the best possible combination.

The results indicate that for the two hundred and sixty-six (266) faculty members who were able to produce, the factors which most greatly facilitated the conclusion of scientific studies were personal interest, showing 91.3% and regular weekly time available for research (74%).

The main factors considered to be hindrances to research, according to the responses of all of the 350 faculty members, were involvement in administrative activities (47.7%), followed by an excess in teaching hours (40%) and finally the absence of "incentivo funcional", financial remuneration for scientific research, which proved to be somewhat insignificant (38.6%).

The results show the overall production of those faculty members to be small, with a concentration of a large number of professors with weak production and a very small number with significant production.

It was shown that although involvement in administrative activities was considered the main obstacle to production, 71.7% of those professors had their greatest increase in research output during their period as administrators.

It has been further shown that productivity has increased over the past few years inspite of the fact that since 1980 there

has no longer been "incentivo funcional", a small remuneration added to the salaries of professors who carry out scientific research.

SUMÁRIO

	Página
AGRADECIMENTOS	iv
LISTA DE SIGLAS	v
RESUMO	ix
ABSTRACT	xi
LISTA DE TABELAS	xvi
LISTA DE GRÁFICOS	xix
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Delimitação do Problema	1
1.2. Objetivos do Estudo	5
1.3. Definição de Termos Relevantes	5
2. METODOLOGIA	8
2.1. Caracterização e Localização do Estudo	8
2.2. População da Pesquisa	9
2.3. Instrumentos para Coleta de Dados	10
2.4. Testagem dos Instrumentos	11
2.5. Coleta de Dados	12
2.6. Tratamento dos Dados	12
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
3.1. Pós-Graduação	15
3.2. Pesquisa	21
3.3. Pós-Graduação versus Produção Científica	27
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	35
4.1. Sujeitos	35
4.2. Fatos que Favoreceram a Realização de Trabalhos Científicos	51

4.3. Motivos que Dificultaram ou Impediram o Desenvolvimento de Trabalho Científicos	52
4.3.1. Motivos que Dificultaram ou Impediram o Desenvolvimento de Trabalhos Científicos, Considerando Grupos Distintos os Professores que Produziram e os que não Produziram	61
4.4. Contribuição da Pós-Graduação	64
4.4.1. Contribuição da Pós-Graduação Considerando dois Grupos Distintos - os que Produziram e os que não Produziram	67
4.5. Atividades Administrativas	68
4.6. Financiamento	69
4.7. Outras Informações Relevantes	71
4.8. Produção Científica	75
5. CONCLUSÕES	101
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105
7. ANEXO	1

LISTA DE TABELAS

	Página
TABELA 1 - Distribuição dos Professores por Sexo	36
TABELA 2 - Distribuição dos Professores por Nacionalidade	36
TABELA 3 - Distribuição dos Professores por Faixa Etária.	37
TABELA 4 - Distribuição dos Professores por Departamentos e Centros	39
TABELA 5 - Distribuição dos Professores por Regime de Trabalho	41
TABELA 6 - Distribuição dos Professores por Situação Fun- cional	42
TABELA 7 - Distribuição dos Professores por Vínculo Em- pregatício	42
TABELA 8 - Distribuição dos Professores por Ano de In- gresso na UFSC	43
TABELA 9 - Distribuição dos Professores pelas Institui- ções onde cursaram Mestrado	44
TABELA 10 - Distribuição dos Professores pelos Estados em que se localizam as instituições onde realiza- ram Mestrado	45
TABELA 11 - Distribuição dos Professores pelos Países onde foram realizados cursos de Mestrado	46
TABELA 12 - Distribuição dos Professores pelas Institui- ções onde cursaram Doutorado	47
TABELA 13 - Distribuição dos Professores pelos Países em que se localizam as instituições onde cursaram	

	Doutorado	48
TABELA 14	- Distribuição dos Professores Portadores do Título de Livre Docente pelos Estados em que se Localizam as Instituições onde Obtiveram seus Títulos	49
TABELA 15	- Distribuição dos Professores por Qualificação e Centro	50
TABELA 16	- Distribuição dos Professores que Desenvolveram Trabalhos Científicos e que Acusaram Carga Horária Acima de 16 horas, por Centro e Departamento	62
TABELA 17	- Distribuição dos Professores que Produziram e Solicitaram Financiamento, por Centros	69
TABELA 18	- Número Total de Trabalhos Científicos Apresentados pelos Professores e Distribuídos por Tipo de Publicação e por Centro	76
TABELA 19	- Número de Professores da UFSC, de Professores com a Titulação Desejada, de Professores da Pesquisa, de Professores que Produziram e de Trabalhos Produzidos, por Centro	82
TABELA 20	- Distribuição dos Ipc pelos Docentes	88
TABELA 21	- Distribuição dos Ipc em Relação ao Sexo dos Docentes	89
TABELA 22	- Distribuição dos Ipc pela Situação Funcional dos Docentes	90
TABELA 23	- Distribuição dos Ipc pela Idade dos Professores	92

TABELA 24 - Distribuição dos Ipc pela Qualificação dos Professores	93
TABELA 25 - Distribuição dos Ipc pelos Centros	95

LISTA DE GRÁFICOS

	Página
GRÁFICO 1 - Demonstração Gráfica da Participação dos Diferentes Centros na Produção Científica Apresentada	79
GRÁFICO 2 - Demonstração Gráfica do Número Total de Professores da UFSC, de Professores com a Titulação Desejada, de Professores da Pesquisa, de Professores que Produziram de Publicações por Centros	83

1 - INTRODUÇÃO

Neste capítulo pretende-se apresentar o problema a ser investigado, definindo os seus objetivos e termos considerados relevantes.

1.1. Delimitação do Problema

Entende-se que a Universidade deve se caracterizar por ser o lugar de questionamento, de investigação científica em todos os domínios do saber. Sem isso a Universidade será simplesmente o lugar de transmissão de conhecimentos.

A Universidade no seu todo é uma instituição dinâmica, em constante evolução. Este conceito de Universidade como um todo, segundo LINS (1974:5), levou certa vez um dos grandes cientistas sul-americanos, o fisiólogo Bernardo HOUSSAY, a classificar as Universidades em duas categorias: "as Universidades vivas e as Universidades mortas". Esclarecendo esta divisão, seriam

consideradas Universidades vivas as que pesquisam e Universidades mortas, as que não pesquisam.

Segundo COVIAN (1979:616), são fins da Universidade a pesquisa, a docência: transmissão de conhecimentos e o serviço à comunidade. Assim também entende a Lei nº 5540/68, que ao fixar normas de organização e funcionamento para o ensino superior, estabelece três funções básicas para as Universidades: ensino, pesquisa e extensão. Embora diferentes autores e até a Reforma Universitária atribuam estas três funções como básicas para a Universidade, o ensino aparece com maior ênfase, enquanto a pesquisa e a extensão ficam em segundo plano.

Entretanto é necessário haver equilíbrio entre as três funções, pois como afirma FÁVERO (1980:29), a Universidade não pode ser simplesmente o lugar de transmissão do saber, mas o lugar crítico, uma instituição que critica o saber, onde se discute a cultura e se projeta os rumos da cultura nacional.

Para COVIAN (1979:616), "a Universidade é uma comunidade PENSANTE, que deve ensinar a desenvolver o espírito CRÍTICO de seus estudantes. É um centro de CRÍTICA que deve formar graduados capazes de pensar e criticar com independência e que saibam transmitir à sociedade este espírito. Este é o principal serviço à comunidade que a Universidade deve prestar."

Para que a Universidade possa cumprir com suas finalidades deve-se dar especial atenção às atividades de pesquisa, pois é através dela que se pode tentar vencer o atraso em que o País se encontra, face a outros países industrializados e, tentar se libertar da tradicional dependência externa. Pois, país sem ciência e sem técnica, isto é, sem a capacidade de resolver seus próprios problemas não é completamente livre (REIS, 1968: 81).

Assume, assim, a pesquisa na Universidade um lugar de destaque, tendo sido estimulada por diferentes documentos legais.

As legislações que antecederam a Reforma - Decreto-Lei nº 53/66 e Decreto-Lei nº 252/67 - atribuíram à pesquisa e ao ensino igual valor. A Reforma Universitária, ratifica esta posição e integrando ensino e pesquisa, fixa apenas uma carreira docente.

Segundo SKEFF (1979:219) e FERNANDES (1966:209), as Universidades brasileiras desenvolveram pouco ou atribuíram pouco valor à pesquisa.

Considera-se que o corpo docente das Universidades é constituído por pessoal preparado ao nível de Pós-Graduação, ou seja, além do Curso de Graduação realizou outro que complementa sua formação. Na UFSC, dos um mil, setecentos e vinte e nove (1729) docentes em atividade em 1984, apenas duzentos e cinquenta e um (251) (14,5%) não possuíam outro curso além da graduação (Boletim de Dados - UFSC, 1º e 2º semestres 1984:54). Segundo esta mesma fonte, 52,2% dos docentes da UFSC, já possui o título de Mestre, Doutor ou Livre Docente, portanto concluíram cursos de Pós-Graduação "stricto sensu" e os demais 33,1% já são especialistas - concluíram curso de Pós-Graduação "lato sensu".

Para obtenção dos títulos de Mestre, Doutor ou Livre Docente é imprescindível a apresentação de trabalho científico, o que exige a realização de pesquisa de assunto específico. Logo, pode-se entender que mais da metade do corpo docente encontra-se em condições de realizar pesquisas ou desenvolver trabalhos científicos.

O regime de trabalho de tempo integral e dedicação exclusiva, concedido aos docentes que, no dizer de SOUZA (1980: 1028), deveria ser um instrumento de política científica e de ensino, não tem expressado na UFSC um aumento de produção científica. O memorando nº 113/83, do Magnífico Reitor, expressa a preocupação da administração da Universidade com a pequena produção científica dos docentes, considerando que 75% do corpo docente, à época, possuía este regime. No presente momento, 77,2% dos docentes possui regime de trabalho de 40 horas ou de tempo integral e dedicação exclusiva.

Face ao exposto, o presente estudo pretende investigar a realização de trabalhos científicos realizados por docentes da UFSC, que já possuam os títulos de Mestre, Doutor ou Livre Docente, questionando:

- a) os docentes com título de Mestre, Livre Docente ou Doutor realizam pesquisas sistematicamente?
- b) o desenvolvimento de atividades administrativas prejudica ou impede a produção científica?
- c) a produção científica do corpo docente está mais relacionada a interesse pessoal que à formação do professor?
- d) o fato da legislação atual haver absorvido os incentivos funcionais alterou a produção científica?

Partindo destes questionamentos preliminares tentar-se-á responder ao problema que norteou o desenvolvimento desta pesquisa, ou seja "O que condiciona os docentes com título de Mestre, Doutor ou Livre Docente desenvolverem atividades de produção científica?"

Justifica-se o presente estudo, pela possibilidade que apresenta de apontar as causas da maior ou menor produção e

permitir também propor diretrizes que, se adotadas, poderão colaborar para que a Universidade venha a ser um centro de pesquisa onde se cria e se difunde o saber, porque a verdadeira Universidade, segundo FARIA (1981:1196), não foi, não é e não será unicamente fornecedora de diplomas de graduação a quem se submete a seus currículos.

1.2. Objetivos do Estudo

Foi considerado objetivo geral para nortear a realização do presente estudo:

- Identificar e analisar as causas que determinam a realização de trabalhos científicos, por docentes da UFSC, com título de Mestre, Doutor ou Livre Docente.

E serviram como objetivos específicos:

- Realizar estudos sobre pesquisa e pós-graduação e a relação existente entre ambas.

- Investigar a produção científica dos docentes da UFSC, com titulação de Mestre, Doutor ou Livre Docente.

- Analisar as causas que determinam maior ou menor produção científica e suas conseqüências para a UFSC e para a comunidade.

1.3. Definição de Termos Relevantes

No desenvolvimento deste trabalho, considera-se importante definir alguns termos para maior clareza e compreensão.

São eles:

Produção científica - Por Produção científica entende-se o trabalho científico elaborado pelo corpo docente da UFSC, de modo espontâneo, isto é, não obrigatório; aquele trabalho que emerge exclusivamente da vontade de seu autor. Incluem-se como Produção científica para efeitos deste trabalho: a publicação de resultados de pesquisa; livros editados; trabalhos publicados em periódicos e/ou revistas nacionais ou estrangeiras; trabalhos apresentados em congressos nacionais ou internacionais. São excluídas: as dissertações de mestrado e/ou teses de doutorado, que, embora considerados de alto valor científico, constituem-se em requisito para a obtenção dos títulos de Mestre ou Doutor. Também os trabalhos elaborados para a obtenção do título de Livre Docente, bem como os realizados para a participação do docente em concursos para a carreira do magistério, deixam de ser considerados.

Atividades administrativas - Por Atividades administrativas entende-se as atividades exercidas por docentes da UFSC, no desempenho das funções de Reitoria e Pró-Reitorias, Direção de Centros, Chefia de Departamentos, Coordenação de Cursos, Coordenadorias de Ensino, de Extensão e outras, para cujas atividades sejam destinadas mais de oito horas semanais.

Interesse pessoal - Entende-se por Interesse pessoal, a realização de trabalhos que venham ao encontro da satisfação das pessoas que o executam e não decorram de obrigações profissionais.

Produção científica sistemática - Por Produção científica sistemática entende-se aquela que o docente realiza de forma contínua, quando se encontra envolvido com atividades desta na-

tureza, isto é, quando ao término de uma atividade, inicia estudos para a realização de outra.

2 - METODOLOGIA

Este capítulo apresenta elementos referentes à caracterização e localização do estudo, à população da pesquisa, instrumento para coleta de dados, testagem dos instrumentos, coleta e tratamento dos dados.

2.1. Caracterização e Localização do Estudo

Considera-se a presente pesquisa descritiva, pois tenta retratar a situação atual da produção científica dos docentes da UFSC, portadores dos títulos de Mestre, Doutor ou Livre Docente. Segundo RUDIO (1980:55), a pesquisa descritiva tem por objetivo obter informação do que existe, a fim de poder descrever e interpretar a realidade.

Seu campo é limitado, sendo seus sujeitos os docentes da UFSC que já concluíram cursos de pós-graduação "stricto sensu" - Mestrado e Doutorado e também aqueles que obtiveram o título

de Doutor, através do concurso de Livre Docência, não importando a Instituição ou o Estado onde os títulos foram obtidos.

2.2. População da Pesquisa

Considerando a proposta de estudo, todos os professores da UFSC, que tivessem concluído cursos de pós-graduação "stricto sensu" ou obtido o título de Doutor, através de concurso da Livre Docência, eram potencialmente sujeitos da pesquisa, uma vez que a decisão era trabalhar com o censo.

Feito o levantamento junto à Coordenadoria Técnica de Ensino da UFSC, de um total de um mil, setecentos e onze (1711) docentes, oitocentos e oitenta e três (883) apresentavam a titulação desejada. Observou-se que muitos professores possuíam dois dos títulos desejados e alguns os três.

Destes, foram retirados os que, mesmo possuindo a titulação desejada, encontravam-se, naquele momento (maio 1984) fazendo cursos ou em licença de qualquer tipo e, portanto, afastados das atividades na UFSC. Também os docentes que exerciam atividades nas Pró-Reitorias bem como Reitoria foram retirados, considerando que o volume das atividades desenvolvidas e a destinação de provavelmente mais de quarenta (40) horas semanais a estas atividades dificultaria a participação na pesquisa. Após a triagem, realizada junto ao Departamento de Pessoal, setecentos e quarenta e dois (742) docentes foram arrolados como sujeitos da pesquisa.

A estes docentes foi enviada correspondência em 17/10/84, consultando sobre sua disposição para participar da pesqui-

sa. A decisão de realizar esta consulta decorreu do momento pelo qual passava a Universidade - um momento de crise e descontentamento que culminou com a maior greve de sua história.

Considerando este momento difícil e o prazo disponível para a conclusão deste trabalho tornava-se necessário realizar esta consulta com o objetivo de conhecer o número de docentes dispostos a colaborar, uma vez que esta representava fator imprescindível para o preenchimento do questionário.

Acompanhou aquela correspondência, uma carta-resposta onde o docente poderia assinalar sim ou não e devolver pelo malote interno da UFSC. Foram recebidas duzentos e oitenta e nove (289) respostas positivas e uma negativa e, em 05/11/84 foi enviada uma nova correspondência, reiterando os termos da primeira e esclarecendo alguns aspectos que haviam suscitado dúvidas.

Até o prazo máximo estabelecido para recebimento de cartas-respostas, dia 16/11/84, quatrocentos e vinte e oito (428) professores haviam se comprometido a responder ao questionário, sete (7) professores manifestaram-se negativamente, os demais não emitiram nenhuma resposta, ou seja, não estavam interessados em participar da pesquisa.

2.3. Instrumento para Coleta de Dados

Para coletar os dados necessários ao desenvolvimento do trabalho optou-se por um questionário onde, além dos dados pessoais, o docente responderia quanto a sua produção científica e a questões sobre as facilidades e/ou dificuldades para realizar trabalhos desta natureza, obter financiamento e outros. Os da-

dos relativos à produção foram solicitados em quadros onde o professor deveria preencher quanto a livros publicados, pesquisas publicadas, trabalhos apresentados em encontros nacionais e internacionais, trabalhos publicados em revistas nacionais e estrangeiras e ainda registrar outro tipo de produção realizada e que não se enquadrasse em nenhuma situação apresentada anteriormente.

O questionário continha também questões que para dar sua resposta o professor deveria assinalar tantas opções quantas julgasse necessárias, priorizando as alternativas, a partir da mais significativa.

Havia ainda algumas questões que se referiam especialmente aos docentes que tivessem realizado trabalhos científicos (questões 2 e 5), enquanto outras seriam respondidas por todos os professores (questões 3 e 4, e suas derivadas).

2.4. Testagem dos Instrumentos

Com o objetivo de validar o instrumento foi utilizada a validação intencional, ou seja, foram escolhidos seis (6) professores, todos componentes da população-alvo para responder aos questionários.

As observações feitas permitiram realizar pequenos ajustes, demonstrando não haver necessidade de alterações substantivas nestes instrumentos.

2.5. Coleta de Dados

Reorganizados, os questionários foram enviados aos professores em 23/11/84, solicitando a devolução até 15 de dezembro, do mesmo ano. O 2º semestre de 1984 teve seu período letivo até 22 de dezembro em função do prolongado período de greve e da decisão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) de fazer realizar os dois semestres ainda no ano em curso. Após 22/12 o ano letivo seria interrompido para as férias regulares. Desta forma, os professores preencheriam o questionário no período letivo.

Após o envio do questionário, foram ainda remetidas aos professores duas correspondências, uma lembrando da importância da resposta ao questionário para a pesquisa e outra prorrogando o prazo para entrega do questionário preenchido para o dia 22 de dezembro.

Foram recebidos trezentos e cinquenta (350) questionários preenchidos, sendo que alguns professores solicitaram a presença da pesquisadora para recolher os dados relativos à produção realizada, pois consideraram não dispor de tempo para fazê-lo, uma vez que possuíam significativo número de trabalhos produzidos.

2.6. Tratamento dos Dados

Para realização deste trabalho foi utilizado o Statistical Package for the Social Sciences (SPSS).

Os dados foram processados no Núcleo de Processamento de

Dados (NPD) da UFSC - máquina IBM 4341.

O método estatístico empregado foi a análise dos componentes principais, cujo objetivo é resumir, utilizando a melhor combinação possível, as sete (7) variáveis em uma única medida.

3 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo pretende-se fazer uma revisão da bibliografia existente com relação ao problema em foco. São consideradas a pós-graduação, a pesquisa e a relação existente entre ambas.

O homem é um ser insatisfeito. Isto faz com que esteja sempre voltado a conhecer mais, a crescer mais. Esta sua inquietação permite que não se entregue ao conformismo, mas que parta em busca de novos conhecimentos e de novas razões. Esta satisfação é até saudável se for considerado que a partir dela o homem busca constantemente, senão a perfeição, pelo menos a procura de melhores condições para enfrentar as dificuldades do meio.

Assim, quando tem suas necessidades satisfeitas em um determinado nível, parte para aspirar outras, numa esfera imediatamente superior. Assim é nas coisas materiais, nas sociais e também no saber.

Ao término de um grau de ensino, busca o ingresso e a realização de cursos no grau imediato, na expectativa de maio-

res conhecimentos.

3.1. Pós-Graduação

Os cursos de pós-graduação, previstos desde a Lei nº 4024/61 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, eram definidos como "aqueles cursos abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído a graduação e obtido o respectivo diploma" (art. 69, alínea b).

Entretanto foi o Parecer 977/65 - Conselho Federal de Educação, de autoria do Conselheiro Newton Sucupira, o primeiro documento a tratar com tanta amplitude e profundidade a pós-graduação (FERRAZ, 1976:170).

Segundo o citado Parecer, a pós-graduação tem sua origem na Universidade Americana que, por sua vez, pode ser considerada produto da influência germânica.

O desenvolvimento sistemático da pós-graduação nos Estados Unidos coincide com as grandes transformações na Universidade Americana, nas três últimas décadas do século passado. "É quando a Universidade deixa de ser uma instituição apenas ensinante e formadora de profissionais, para dedicar-se às atividades de pesquisa científica e tecnológica" (Parecer 977/65:126). E foi com a fundação da Universidade John Hopkins, em 1876, que a pós-graduação adquire seu grande impulso, pois esta Universidade foi criada especialmente para desenvolver estudos pós-graduados, não estando destinada somente ao repasse de conhecimentos já adquiridos, "mas voltada para elaboração de novos conhecimentos mediante a atividade de pesquisa criadora" (Parecer

977/65:126).

Em 1965, ano em que o Parecer 977 foi aprovado, quase não existiam, no Brasil, cursos de pós-graduação em funcionamento regular. Até então, partia-se do pressuposto de que era possível a formação do profissional, do técnico e do cientista no mesmo curso de graduação. Em muitos setores, recorria-se ao treinamento de cientistas ou especialistas em universidades estrangeiras. Daí, ter-se sentido a necessidade de promover a implantação sistemática de cursos de pós-graduação.

Na oportunidade em que o Ministro da Educação e Cultura solicitava ao Conselho Federal de Educação (CFE) pronunciamento sobre a definição e regulamentação dos cursos de pós-graduação, acompanhava tal solicitação um Aviso Ministerial apontando os três motivos fundamentais que exigiam a instalação de cursos de pós-graduação: 1 - formar professorado competente que possa atender a expansão quantitativa do nosso ensino superior, garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; 2 - estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; 3 - assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores" (Parecer 977/65:130).

Tendo por base o modelo de pós-graduação da Universidade Americana, o Parecer 977/65 define pós-graduação, justifica a necessidade de sua criação e apresenta uma distinção clara entre pós-graduação "stricto sensu" e "lato sensu".

Os cursos de aperfeiçoamento e especialização, realizados em seqüência à graduação, com objetivo técnico profissional específico sem, entretanto, abranger o campo total do saber, fo-

ram considerados cursos de pós-graduação lato sensu. Estes cursos qualificam a natureza e destinação específica de um curso e podem ser eventuais; têm sentido eminentemente prático-profissional e não conferem grau acadêmico.

Já a pós-graduação stricto sensu define o sistema de cursos realizados após a graduação com objetivos mais amplos e aprofundados de formação científica e cultural. A pós-graduação stricto sensu é de natureza acadêmica e de pesquisa, tem objetivo essencialmente científico, confere grau acadêmico e constitui no complexo universitário o extrato superior na hierarquia dos cursos.

O Parecer 977/65 assim conceitua pós-graduação stricto sensu: "o ciclo de cursos regulares em seguimento à graduação, sistematicamente organizados, visando a desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da graduação e conduzindo à obtenção de grau acadêmico."

A pós-graduação stricto sensu compreende dois níveis: mestrado e doutorado, sem que o primeiro se constitua em requisito indispensável para a obtenção do segundo.

Os cursos de mestrado e doutorado têm a duração mínima de um e dois anos respectivamente e exigem de seus alunos o estudo de um certo número de matérias teóricas relativas à área de concentração e ao domínio conexo. Por área de concentração entende-se as matérias que compõem o campo específico de conhecimento - objeto de estudo escolhido pelo candidato - e por domínio conexo entende-se as matérias não pertencentes à área de concentração mas consideradas necessárias ou convenientes para completar sua formação. Exigem, ainda, estes cursos, o domínio de língua estrangeira para leitura, sendo que o mestrado requer

o conhecimento de uma língua e o doutorado de duas.

Ao final do curso, para obtenção do título, exige-se do candidato ao mestrado, a apresentação de uma dissertação em que revele domínio do tema escolhido e capacidade de sistematização e para o título de doutor requer-se defesa de tese que represente trabalho de pesquisa, importando em real contribuição para o conhecimento do tema.

Embora o início formal da pós-graduação tenha sido em 1961, com a L.D.B., a demanda por estes cursos ganha expressão a partir da promulgação de Lei nº 465/69, que exigia a formação em nível de pós-graduação, para os docentes do ensino superior.

Para LIMA (1981:1056), esta exigência se constituiu num grande erro que provocou o envelhecimento do padrão de excelência da pós-graduação, pois exigir pós-graduação de todo corpo docente é admitir "sempre a mania brasileira de que se consegue excelência por decreto."

O crescimento dos cursos de pós-graduação foi muito grande e sem critérios, conforme afirma FERRAZ (1976:173), passando de cento e quinze (115) cursos existentes em 1968, para seiscentos e quarenta e cinco (645) em 1974, sendo pequeno o número de cursos credenciados.

Visando disciplinar a criação dos cursos de pós-graduação, procurou-se colocar em funcionamento os Centros Regionais de Pós-Graduação e criar a Comissão Nacional dos Centros Regionais de Pós-Graduação, cuja criação não se concretizou.

Era preocupação constante, tanto do Conselho Federal de Educação quanto do Ministério da Educação e Cultura, a proliferação dos cursos de pós-graduação.

Foi, então, constituído um Grupo de Trabalho (GT) com o fim de propor medidas para o estabelecimento de uma política nacional de pós-graduação. Ganhou destaque a criação do Conselho Nacional de Pós-Graduação, órgão responsável pela formulação das diretrizes nacionais de pós-graduação e suas metas. Este Conselho elaborou o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG - 75), que apontou as medidas a serem tomadas quanto à coordenação, planejamento, execução e normatização das atividades de pós-graduação pelo período de 05 anos (1975/79).

"O objetivo fundamental do PNPG era transformar as Universidades em verdadeiros centros de atividades criativas permanentes, o que será alcançado na medida em que o sistema de pós-graduação exerça eficientemente suas funções formativas e pratique um trabalho constante de investigação e análise em todos os campos e temas de conhecimento humano e da cultura brasileira" (MEC/DAU/CAPES, 1975:15).

Em 1981, com a extinção do Conselho Nacional de Pós-Graduação, a CAPES recebeu a responsabilidade de elaborar o Plano Nacional de Pós-Graduação bem como executar e acompanhar sua execução.

O II Plano Nacional de Pós-Graduação (1982-85) admite a existência, ainda, de alguns problemas estruturais que dificultam a consolidação dos cursos de pós-graduação. Podem ser citados: a excessiva dependência de recursos extra-orçamentários, a sujeição a repentinos cortes de verbas, a instabilidade empregatícia e profissional dos docentes, técnicos e pessoal de apoio, como sendo problemas básicos da pós-graduação. "Estas dificuldades não impediram, no entanto, que o País alcançasse um grau de institucionalização da pesquisa e da pós-graduação que permite prever um volume e uma qualidade de produção considerá-

veis e crescentes" (PNPG 1982/85:02).

Contudo, a pós-graduação ainda não possui mecanismos institucionais suficientes para assegurar o seu pleno desenvolvimento, embora a existência das pró-reitorias e de órgãos colegiados possa representar um passo importante nesta direção.

O II PNPG, após analisar a situação atual da pós-graduação no País, estabelece entre suas prioridades a preocupação com a qualidade embora entenda que a mensuração da qualidade é complexa e não conta com nenhum processo isento de controvérsia.

É atribuído às próprias instituições zelar por seus cursos de pós-graduação, reforçando o apoio às iniciativas bem sucedidas e desativando gradativamente os que não apresentam o mínimo de qualidade e desempenho exigidos. Desta forma, as instituições que possuem cursos de pós-graduação precisam proceder sistematicamente avaliação de seu desempenho e de sua produtividade.

Entende, também, o II PNPG a necessidade de ampliação de opções de formação pós-graduada. Enfatiza, neste aspecto, o incentivo que deve ser oferecido a cursos de pós-graduação lato sensu em diferentes áreas, por entender que "a pesquisa original não é o único mecanismo de capacitação e aperfeiçoamento no magistério" (II PNPG 1982/85:03). Para tal, alguns tipos destes cursos serão incentivados a um revigoramento e uma reestruturação qualitativa para que possam representar alternativas para os alunos e para os demandantes de mão-de-obra altamente especializada.

Também os cursos de pós-graduação stricto sensu deverão buscar seu fortalecimento qualitativo, com o objetivo de formar pesquisadores.

Dentro da ótica do II PNPG, pode-se considerar a existência de dois tipos predominantes no sistema universitário brasileiro: 1) A instituição "voltada para a formação dos diferentes tipos de profissionais que irão atender às exigências cada vez mais complexas e sofisticadas do processo de produção de bens e serviços e 2) a instituição que a isto junta uma vocação dirigida para a pesquisa básica e a capacitação de pesquisadores."

3.2. Pesquisa

Investigação, procura, indagação são expressões com que mais comumente tenta-se conceituar ou entender pesquisa, pois conceituá-la não se constitui tarefa fácil.

Diferentes autores procuram conceituar pesquisa, como se poderá ver a seguir:

ASTI VERA (1973:9-14) esclarece que o significado da palavra não parece ser muito claro ou, pelo menos, não é unívoco. Para o autor, o ponto de partida de uma pesquisa está no "problema que se deverá definir, examinar, analisar criticamente, para depois ser tentada uma solução."

ESSIGMANN (1973:2) entende que o termo pesquisa assume vários significados. Em ciência, significa pesquisa básica para o descobrimento de verdades novas. Em engenharia, medicina e farmácia significa geralmente a aplicação de tais verdades a novos problemas. Alerta que se deve ter cuidado de distinguir entre pesquisa aplicada e testes rotineiros, os quais são comumente aceitos como de pouca justificação no programa acadêmico.

MONDOLFO (apud ASTI VERA, 1973:16) afirma que a pesquisa surge quando se tem consciência de um problema e nos sentimos impelidos a buscar sua solução. A indagação realizada para buscar esta solução constitui precisamente a pesquisa propriamente dita.

Para ABRAMO (1979:24) fazer pesquisa é fazer ciência, ou melhor dizendo, propor-se a conhecer cientificamente alguma coisa e efetivar tal intenção.

Segundo SELLTIZ e outros (1974:5) o objetivo da pesquisa é descobrir respostas para perguntas, através do emprego de processos científicos.

RUMMEL (1972:2) considera a pesquisa como um inquérito ou exame cuidadoso para descobrir novas informações ou relações e para ampliar e verificar o conhecimento existente.

Segundo RUDIO (1980:9) pesquisa num sentido mais amplo é um conjunto de atividades orientadas para a busca de determinado conhecimento.

Para ANDER-EGG (1978:28), a pesquisa é um procedimento reflexivo, sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento.

MARINHO (1980:15) diz que a pesquisa é um tratamento de investigação, que tem por objetivo descobrir respostas para dúvidas e indagações, através do emprego de processos científicos. Por processo científico entende um conjunto de normas e técnicas sistematicamente estruturadas e orientadas no sentido de imprimir alta probabilidade de precisão e validade dos resultados alcançados.

É evidente que não se esgota aqui o rol de conceitos sobre pesquisa nem se pretendeu realizar exaustivamente tal relação. Observa-se que a atividade de pesquisa busca a criação de novos conhecimentos; que um trabalho de pesquisa não é um fim em si mesmo e que a finalidade da pesquisa é contribuir para o desenvolvimento da ciência.

A pesquisa em nosso país parece ter iniciado com a transferência da família real para o Brasil, quando é criado um número razoável de instituições científicas e entre elas o Museu Real e o Jardim Botânico. Duas áreas, segundo GOES (1968: 42), predominavam nas ciências: a patologia tropical e a geologia. Não será difícil entender que o início da pesquisa no Brasil deu-se nestas áreas, pois "o primeiro desafio que a sociedade brasileira teve que enfrentar foi o das doenças características das condições sociais e climáticas do País" (CHAGAS, 1982:7) e aliado "a este aspecto surgem as ciências naturais como elemento de alta atração, pelas condições do grande contingente de recursos inexplorados."

Desde então, "a ciência brasileira vem evoluindo de forma continuada, melhorando sempre, andando para a frente, não se registrando períodos de estagnação ou retrocesso" (GOES, 1968: 41).

Com efeito, no início do século XX, a criação da Escola de Manguinhos oferece grande impulso à ciência e seu produto pode ser comparado ao de países avançados. Datam desta época os estudos descobertos sobre a peste e febre amarela surgindo Osvaldo Cruz e depois Carlos Chagas como cientistas notáveis.

Em 1916, novo fato vem fortalecer o desenvolvimento da ciência no Brasil, trata-se da fundação da Academia Brasileira

de Letras.

A guerra de 1914 atrapalhou um pouco a continuidade do que vinha sendo feito e em 1920 a primeira Universidade no Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro surgiu apenas como um conjunto organizado de proposições sem atentar para a pesquisa (FAVERO, 1980:36).

Segundo GOES (1968:43), a Revolução de 30 começa a democratizar o ensino superior com a formação de maior número de pessoas também para a pesquisa.

A década de 30-40 exige a formação de técnicos para os mais diferentes setores devido ao início do processo de industrialização. A Segunda Guerra Mundial exigiu o preparo de profissionais para suprir nossa necessidade na área industrial - siderurgia, indústria química, indústria farmacêutica, equipamentos elétricos, mecânicos.

Após a Segunda Grande Guerra, "em 1946, há reformulação da estrutura de nossas universidades que conquistam a autonomia". Começa-se a falar em pesquisa nas universidades e pensa-se que a universidade sem pesquisa, não é universidade (GOES, 1968: 44).

Nesta época são fundados alguns institutos de pesquisa universitária e a investigação científica passa a assumir um caráter profissional.

Em 1948, os cientistas fundaram a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Através das reuniões anuais, os cientistas procuram mostrar ao País a importância da ciência como pré-requisito para o desenvolvimento.

Em 1951 foi criado o Conselho Nacional de Pesquisa,

com a finalidade de promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento e que "possibilitou a vitalização e a criação de novos centros de pesquisa no país" (VAHL, 1980:192).

Se, entretanto, nos primeiros anos o Conselho Nacional de Pesquisas não funcionou como deveria, o impacto de sua criação foi sentido. A maior parte dos trabalhos apresentados na SBPC eram de bolsistas deste Conselho.

A Campanha Nacional do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior - CAPES, instituída em 1952 colaborou também para o progresso da ciência, porquanto era destinada à formação de quadros de pessoal docente.

Em 1956, o plano de metas do governo federal destacava a importância de formação de pessoal técnico, constando entre seus objetivos a instituição do regime de dedicação exclusiva aos professores, a criação de pós-graduação e aperfeiçoamento e a instalação de institutos de pesquisa.

LEITE LOPES (apud MOREL, 1979:47) afirma que "cientistas que eram obrigados a acumular vários empregos mal remunerados, puderam pela primeira vez abandonar as posições acessórias e dedicar-se à pesquisa científica, graças a bolsas e auxílios do CNPq."

Em 1964, a CAPES, com a nova denominação de Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, incorporou a COSUPI, Comissão Supervisora dos Planos dos Institutos, cuja criação não foi bem aceita (GOES, 1968:46 e MOREL, 1979:49) e o PROTEC, Programa de Expansão do Ensino Tecnológico. Este, criado em 1963, tinha como objetivo promover a graduação de maior número de especialistas e técnicos auxiliares nos diferentes

ramos da engenharia e da tecnologia em geral.

Também em 1964 foi criado o Fundo de Desenvolvimento Técnico Científico (FUNTEC) com participação marcante no financiamento de cursos de pós-graduação e no aparelhamento das Universidades.

A partir de 1967, segundo MOREL (1979:54), observa-se "uma intensificação de medidas de política científica; ao mesmo tempo ciência e tecnologia se incorporam ao discurso governamental com uma frequência inédita em nossa história."

Nos planos e pronunciamentos dos governos percebe-se posição de destaque para a ciência e tecnologia no processo de desenvolvimento do país e "o importante papel da educação no progresso tecnológico" (Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968/70).

O II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - período 1975/77 tinha como orientação básica transformar a ciência e tecnologia em força motora do processo de desenvolvimento e modernização do país, industrial, econômica e socialmente.

Cabe aqui lembrar REIS (1968:81), quando afirma que país sem ciência e sem técnica, isto é, sem a capacidade de equacionar e resolver seus próprios problemas, não é complementamente livre.

É, pois, importante que se faça ciência no Brasil e a instituição própria para atividades científicas é, sem dúvida, a "universidade onde vivem os profissionais de todas as manifestações da ciência..." (FARIA, 1981:1192).

3.3. Pós-Graduação Versus Produção Científica

A produção científica dos docentes de uma instituição representa a concretização de seu pensamento criativo.

A produção de conhecimentos exige estudos e pesquisas o que, por sua vez, requer pessoal preparado para tal.

É, sem dúvida, no sistema de ensino superior, mais propriamente no ensino de pós-graduação, que a pesquisa tem papel fundamental. A atividade de pesquisa encontra-se, pois, ligada ao conceito de pós-graduação e o docente egresso destes cursos encontra-se melhor preparado para, ao lado do ensino, realizar pesquisas. Para DEVOTO (1968:9), "no se concibe la docência sin la investigación que la vivifique y la impulse" e para GADOTTI (1980:91), a pesquisa é essencial à docência.

MENDOZA (1970:191) considera que o valor de uma Universidade se deriva, em primeiro lugar, da respeitabilidade e da fama científica dos professores que a rodeiam, devendo a Universidade caracterizar-se por ser o lugar de questionamento, de investigação científica.

Entretanto, a Universidade brasileira parece não apresentar as condições ideais para o desenvolvimento de pesquisas, muito embora a pesquisa e o ensino estejam considerados indissociáveis até na legislação. Pode-se citar os documentos legais que precederam a Reforma Universitária, como a própria Lei nº 5540/68, para reforçar a afirmativa anterior.

O Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, estabelece no seu artigo 1º: "As Universidades federais organizar-se-ão com estrutura e métodos de funcionamento que preservem a unidade de suas funções de ensino e pesquisa e assegurem a ple-

na utilização de seus recursos." O artigo 2º, ao tratar da organização das Universidades federais, cita princípios e normas que deverão ser observados, enfatizando a existência simultânea de ensino e pesquisa.

O Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967, no artigo 2º, parágrafo 3º, determina que: "Compete ao Departamento elaborar os seus planos de trabalho, atribuindo encargos de ensino e pesquisa aos professores e pesquisadores..."

A Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968, no artigo 2º, considera o ensino superior indissociável da pesquisa. Esta deve, pois, ser entendida como tão importante quanto o ensino e a extensão, havendo até quem considere como condição para a vida de uma Universidade a existência deste binômio - ensino e pesquisa.

Para o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) (1967:3) a pesquisa reduzida e inadequada teria como origem o início defeituoso da universidade brasileira. Como se conhece a universidade se originou da aglutinação material de escolas e faculdades.

Fazer ciência no Brasil é um ato não somente meritório, mas quase inconcebível, salienta DREIFUS (1979:951). Em países da Europa e nos Estados Unidos, a investigação realizada por um cientista, além de proporcionar satisfação ao autor, conduz a uma compensação valiosa que é a consideração que desfruta de seus pares. Nestes países, a proximidade geográfica, a densidade populacional e o alto nível cultural permitem aos cientistas se conhecerem e se enriquecerem trocando idéias. No Brasil a situação é diferente, existem enormes distâncias e as viagens são difíceis e caras, há pequeno número de pesquisadores em al-

gumas áreas, fatos estes que impedem o enriquecimento através da troca de idéias, sem contar com a carência de estímulos, esclarecimentos e críticas.

O ensino superior tem atribuído pouca importância à pesquisa como recurso de preparação intelectual e como instrumento de avaliação positiva ou de produção original do saber (FERNANDES, apud VAHL, 1980:194-209). Por isto ele merece as críticas que lhe são conferidas: de ser um ensino livresco e responsável pela transmissão dogmática dos conhecimentos.

Continuando o pensamento FERNANDES admite que a negligência pela pesquisa foi substituída pelo afã ardoroso de pesquisar e todos querem pesquisar alguma coisa não importando o que.

Entretanto não é pesquisar por pesquisar, para cumprir uma determinação legal ou para justificar um tempo que se pretende. CASTRO (1981:51) argumenta que "duas pesquisas mais ou menos não somam uma pesquisa boa" e que "o que define uma grande universidade não é que seus professores conheçam melhor as teorias ou as técnicas, mas sim que se dediquem a estudar problemas que a longo prazo se revelam mais férteis."

Entretanto parece faltar-nos ainda bastante a sensibilidade e as condições para uma pesquisa de alto gabarito científico, que possa impulsionar e acelerar o desenvolvimento no campo cultural, econômico, político, social, educacional e religioso (ZILLES, 1974:4).

Acerca de condições para a realização de trabalhos científicos, DREIFUS (1979:952) apresenta causas que dificultam o desenvolvimento do bom cientista. A dificuldade na sua formação é encontrada pela raridade de centros adequados. Até pouco tem-

po as escolas superiores visavam apenas a formação de técnicos. Outra causa apontada é que no Brasil, gasta-se muito na construção de prédios e se remunera mal o pesquisador. Este, às vezes, exige instrumental sofisticado, quando poderia trabalhar com material mais simples. Um outro problema está ligado à bibliografia que, muitas vezes, limita em sua perfeição a produção científica. Um último item diz respeito à escolha do trabalho, cujo defeito principal, segundo DREIFUS, consiste na adoção de assunto demasiadamente vasto e geral.

ESSIGMANN (1973:57) apresenta como principais problemas que dificultam a realização de pesquisas: insuficiência de espaço e/ou equipamento de pesquisa, seleção de mão-de-obra qualificada; obtenção de financiamento suficiente; obrigação de horário burocrático para a pesquisa; tempo excessivo para a elaboração da proposta.

Para FARIA (1981:1195) a tarefa mais árdua é motivar professores titulares, sendo necessário também citar a ação nefasta contra a pesquisa científica exercida por professores eruditos e o comodismo de grande parte dos docentes.

SOUZA (1980:1028-9) considera que a implantação do tempo integral deveria ser um instrumento da política científica e do ensino e que o tempo integral tem sido desvirtuado - orientando procurando professores, relatórios prosaicos.

Segundo SOARES (1972:45) o número de horas que o professor necessita para um trabalho eficiente depende do número de disciplinas que leciona, do grau de especialização exigido pelas disciplinas, do número de alunos que tem, da modalidade de aula que utiliza, de suas atividades de pesquisa e de administração.

REIS (1968:156-66) esclarece que para manter cientistas é importante: recursos para a pesquisa inclusive bibliografia, oportunidade de aperfeiçoamento pelo encontro com cientistas de outros centros e a dedicação integral à instituição e à ciência. Considera entraves à pesquisa no Brasil: emperramentos administrativos, falta de motivação do governo, desperdício de dinheiro, desentendimento entre centros de pesquisa e as universidades.

CHAGAS FILHO (1982:9) acrescenta elementos de ordem burocrática que dificultam a atividade científica: dificuldade de aquisição de equipamentos, óbices colocados à aquisição de peças, demora na liberação de verbas, a falta de decisão política em determinados campos, a insuficiência de atenção na formação de pessoal de nível técnico, o peso colocado sob a forma de relatórios nos ombros dos pesquisadores, o excesso de carga horária dada aos docentes pesquisadores, a falta de contratação de novos elementos, a barreira imposta pela legislação vigente para com a contratação de pesquisadores estrangeiros, absoluta falta de continuidade de critérios de concessão de auxílio por parte de agências financiadoras.

Outro problema relacionado à produção científica diz respeito à publicação dos trabalhos produzidos. A publicação pode ser considerada como o produto final do trabalho do cientista, ao mesmo tempo em que a publicação garante a propriedade científica serve também para divulgar informações.

LIGHT JR (1973:16-7) confirma que entre os professores americanos, o professor que publica livros ou escreve em revistas profissionais ganha mais, é promovido com maior rapidez e trabalha em uma instituição mais "prestigiosa". Os autênticos

profissionais em consequência, são os professores que pesquisam e publicam e não os que se dedicam especialmente ao ensino.

MOREL & MOREL (1977:99) realizaram um estudo sobre a produção científica brasileira segundo dados do Institute Scientific Information (ISI) cujo objetivo foi analisar sob diferentes aspectos a produção científica brasileira.

Consideraram autor, para efeito daquele estudo, quem publica um trabalho ao ano em revistas indexadas ao ISI. O registro do ISI cobre os periódicos mais importantes em termos de reconhecimento internacional e de "fator de impacto" de um trabalho científico.

Apresentam como, resultados que entre 1967 e 1974, o Brasil cresceu em números absolutos de duzentos e sete (207) para novecentos e oitenta e oito (988) sem entretanto ter alterado significativamente a posição relativa, de 32º lugar para 29º.

Analisando o número de autores com a população, percebe-se que a situação não é das mais precárias. Para o Brasil atingir o índice de cem (100) autores por um milhão, teria que aumentar a produção em dezessete (17) vezes. Por outro lado, os números de 1972 (seiscentos e sete - 607) equivalem a um país altamente desenvolvido em termos científicos com uma população de apenas 8.000.000 habitantes.

Estes fatos, segundo os autores, revelam "as desigualdades sócio-econômicas entre países e os condicionamentos sociais da produção científica, medido em termos de autores de gabarito internacional", também levantam questões quanto à qualidade do sistema educacional como formador de recursos humanos para a pesquisa. Com respeito à formação de autores com reconhecimento internacional, o Brasil tem mostrado ineficiência no sistema de

ensino, apesar da expansão dos cursos de pós-graduação e das atividades de pesquisa e do crescente número de comunicações apresentadas na SBPC.

Dados de 1974 acusam que 80,8% da população científica brasileira situa-se na região sudeste e que o Estado de São Paulo colabora com metade da produção nacional, seguido do Estado do Rio de Janeiro.

Esta centralização também é encontrada em países de concentração geográfica como a União Soviética (50% em Moscou) Tchecoslováquia (52% em Praga) e Dinamarca (62% em Copenhagen) e é bem diferente da situação encontrada em países com distribuição descentralizada como Estados Unidos, Alemanha e Itália.

Os mesmos dados acusam ainda ser a Universidade de São Paulo, a Instituição de maior produtividade absoluta do País e que entre as doze (12) instituições de ensino superior com maior produtividade, a proporção de docentes com dedicação exclusiva varia de 97% a 8%, não havendo, portanto, relação direta entre regime de tempo e produção científica.

SKEFF (1979:219-43) estudou a qualificação dos docentes e a produção científica na Universidade de Brasília, caracterizando produção científica como o resultado em forma de publicação de trabalhos de pesquisa e de inovações nas respectivas áreas, tarefa considerada como complementar ao ensino.

Segundo SKEFF (1979:225), a pressão para que os docentes publiquem tem sido considerada prejudicial, especialmente para a qualidade do ensino, desde que desencoraja os docentes a se dedicarem a esta atividade e também por desviar a atenção dos problemas mais importantes para os mais rápidos.

Os resultados desta pesquisa revelam como característi-

cas organizacionais que mais influenciam a produção científica numa universidade o tamanho da organização seguido do nível médio de qualificação dos docentes. Como o tamanho de um departamento de ensino revelou-se outra condição necessária para a existência da produção científica, podemos supor que uma maior oferta de professores pós-graduados poderia gerar umas das condições para a produção da pesquisa nas universidades brasileiras, conclui SKEFF (1979:238).

É importante ressaltar também que através da divulgação dos trabalhos realizados, seja através de publicação de livros, revistas especializadas nacionais ou estrangeiras, seja em apresentação de trabalhos em encontros, simpósios, seminários, é que vai se dar a grande contribuição da universidade ao meio no qual está inserida. Isto porque a universidade não deverá se isolar da sociedade que a cerca. Precisa sim intensificar e cultivar a ligação com o meio. Só assim poderá participar da solução dos problemas da sociedade, pois se a universidade "não interage com seu meio ambiente, tratando de resolver os problemas deste meio sócio-econômico, de transformar o estudante num homem hipersensível aos problemas humanos, regionais, nacionais e internacionais, se marginaliza" (COVIAN, 1979:617).

4 - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Este capítulo apresenta dados referentes aos trezentos e cinquenta (350) sujeitos que responderam ao questionário da pesquisa. Procura-se analisar as razões que facilitam ou dificultam a realização de trabalhos científicos, a contribuição que os cursos de pós-graduação possam ter oferecido para o desenvolvimento de tais trabalhos, bem como das facilidades em obter financiamento quando da elaboração da produção científica.

4.1. Sujeitos

Dos quatrocentos e vinte e oito (428) sujeitos que se propuseram a participar desta pesquisa, trezentos e cinquenta (350) preencheram e devolveram o questionário. Desta forma, a população desta pesquisa ficou constituída por trezentos e cinquenta (350) docentes, distribuídos pelos dez (10) Centros que integram a estrutura administrativa da UFSC. Todos os Centros tiveram representação na pesquisa.

Analisando os dados constantes dos questionários, constatou-se que dos trezentos e cinquenta (350) docentes que participaram da pesquisa, cento e trinta e três (133) pertencem ao sexo feminino, o que corresponde a 38% da população e os demais, duzentos e dezessete (217), são do sexo masculino (62%), conforme se pode observar na Tabela 1.

TABELA 1 - Distribuição dos Professores por Sexo

SEXO	N	%
masculino	217	62
feminino	133	38
TOTAL	350	100

Com relação à nacionalidade, trezentos e trinta e sete (337) docentes são brasileiros natos (96,3%) e apenas oito (8) são estrangeiros, conforme se constata na Tabela 2.

TABELA 2 - Distribuição dos Professores por Nacionalidade

NACIONALIDADE	N	%
brasileiro nato	337	96,3
brasileiro naturalizado	5	1,4
estrangeiro	8	2,3
TOTAL	350	100,0

Verifica-se, na Tabela 3, que a idade dos professores varia de vinte e dois (22) até acima de cinquenta e seis (56)

anos. A maior concentração situa-se na faixa entre trinta e dois (32) a trinta e seis (36), sendo que trezentos e doze (312) docentes apresentam idade entre vinte e sete (27) e quarenta e seis (46) anos, o que representa 89% da população. Apenas 10,5% dos docentes estão situados acima de quarenta e sete (47) anos. Isto permite afirmar tratar-se de uma população relativamente jovem que, se não apresenta ainda um grande número de experiências expressas sob a forma de produção científica, pode ser indicador de mente aberta para inovar, criar novas situações, experimentar.

Em contrapartida, é pequeno o número de docentes com idade maior de quarenta e sete (47) anos que, via de regra, estão na faixa mais próxima da aposentadoria e que conseqüentemente podem estar acomodados e não incentivados a produzir, muito embora se possa encontrar entre eles aqueles que apresentam o maior número de produção e divulgação de conhecimentos em função da larga experiência profissional acumulada ao longo dos anos.

TABELA 3 - Distribuição dos Professores por Faixa Etária

IDADE	N	%
entre 22 a 26 anos	1	0,3
entre 27 e 31 anos	70	20,0
entre 32 e 36 anos	95	27,1
entre 37 e 41 anos	75	21,4
entre 42 e 46 anos	72	20,6
entre 47 e 51 anos	18	5,1
entre 52 e 56 anos	13	3,7
acima de 56 anos	6	1,7
TOTAL	350	100,0

A distribuição de docentes por Centros e seus Departamentos encontra-se expressa na Tabela 4. Nesta pesquisa foi o CTC que apresentou maior representatividade de docentes participantes (22%), seguido do CFM (16,9%) e do CCS e CCH com 12,9% cada um. Este fato reflete a situação geral da UFSC, onde também são os CTC, CFM, CCS e CCH que detêm o maior número de docentes com a titulação acadêmica desejada.

Apenas no CDS, todos os docentes participaram. Ressalte-se que o número de docentes titulados é reduzido, apenas quatro (04) docentes eram Mestres. O CED teve participação quase total, apenas um docente deixou de responder ao questionário enviado. Este fato pode ser explicado por ser o Centro onde a mestranda atua como docente.

TABELA 4 - Distribuição dos Professores por Departamentos e Centros

Departamentos Centros	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	To- tal
CCA	01	08	05	-	-	-	-	-	-	-	-	14
CCB	14	07	03	03	-	-	-	-	-	-	-	27
CCE	09	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23
CCH	10	01	08	11	11	04	-	-	-	-	-	45
CCS	01	01	01	-	-	15	02	02	07	05	11	45
CDS	01	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	03
CED	04	11	14	-	-	-	-	-	-	-	-	29
CFM	19	28	12	-	-	-	-	-	-	-	-	59
CSE	12	01	03	05	-	03	04	-	-	-	-	28
CTC	06	12	09	10	25	05	10	-	-	-	-	77
TOTAL												350

Legenda:

Departamentos		
CCA - 01 CAL	CCS - 01 CIF	CFM - 01 FSC
02 FIT	02 CLC	02 MTM
03 ZOT	03 CLM	03 QMC
	04 DPT	
CCB - 01 BLG	05 DTO	CSE - 01 CAD
02 CFS	06 NFR	02 CCN
03 MIP	07 NTR	03 CNM
04 MOR	08 PDT	04 DPC
	09 PTL	05 DPP
CCE - 01 LLE	10 SPB	06 DPS
02 LLV	11 STM	07 DSS
03 COM		
04 RTS		CTC - 01 ARQ
CCH - 01 CSO	CDS - 01 DEF	02 CEC
02 EPB	02 PDS	03 ECV
03 FIL		04 EEL
04 GCN	CED - 01 BDC	05 EMC
05 HST	02 EED	06 ENQ
06 FIL	03 MEN	07 EPS

A maioria dos docentes que respondeu ao questionário trabalha em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, ou seja, 83,4% encontram-se nesta situação, como se pode observar na Tabela 5. Dos demais, vinte e nove (29) docentes têm regime de vinte (20) horas e outros vinte e nove (29) têm quarenta horas semanais de trabalho, sem entretanto ter dedicação exclusiva. É importante ressaltar que na UFSC 75% do corpo docente possui regime de dedicação exclusiva.

Os regimes de trabalho encontram-se estabelecidos pelo art. 20 do Decreto nº 85.487/80 e Portaria 393, de 16/06/81, do Ministro da Educação e Cultura e determina que:

- I - no regime de tempo parcial de 20 horas haja distribuição exclusiva de encargos didáticos, podendo entretanto ser-lhe atribuído outros encargos de magistério desde que haja aquiescência do respectivo docente (art. 34, item I e § 1º da Resolução nº 24/82-CEPE).
- II - no regime de tempo integral, ou seja, o cumprimento de 40 horas semanais de trabalho, o docente terá encargos adicionais de orientação de alunos de pós-graduação, de coordenação, de direção, de pesquisa e extensão além dos didáticos (art. 34, item II, Resolução nº 24/83-CEPE).
- III - no regime de dedicação exclusiva, o docente renuncia a atividades remuneradas alheias à Universidade, com as exceções previstas em lei e terá encargos adicionais de pesquisa além dos didáticos (art. 34, item III, da Resolução nº 24/82-CEPE).

São, pois, os docentes em regime parcial de trabalho pra-

ticamente dispensados de apresentar produção de novos conhecimentos. Com relação aos professores que têm regime de quarenta horas (40) ou DE, cabe ao docente optar por também apresentar produção ou por apenas ministrar aulas, de acordo com o que estabelece o art. 3º, § 1º da Resolução 24/82-CEPE que assim se expressa: os docentes "com atribuições exclusivas dos encargos didáticos, terão uma carga de ensino igual a quarenta (40) horas semanais, com obrigação de ministrar, no mínimo, dezesseis (16) horas-aula semanais, em dois turnos de trabalho."

TABELA 5 - Distribuição dos Professores por Regime de Trabalho.

REGIME DE TRABALHO	N	%
20 horas	29	8,3
40 horas	29	8,3
DE	292	83,4
TOTAL	350	100,0

A situação funcional dos trezentos e cinquenta (350) professores está apresentada na Tabela 6, demonstrando maior número de docentes nas classes de Assistentes e Adjuntos, com respectivamente 54,6% e 30,3%. A população da pesquisa está dividida em cento e noventa e um (191) Assistentes, cento e seis (106) Adjuntos, quarenta e nove (49) Titulares e três (03) Visitantes. Os Assistentes, Adjuntos e Titulares fazem parte da carreira do magistério. O Professor Visitante pode ser contratado pela Universidade pelo prazo máximo de dois (02) anos, na forma da legislação trabalhista, vedada a renovação do contrato. O Professor Visitante será pessoa de renome, admitido por

indicação do Colegiado do Departamento ao Conselho Departamen-
tal e aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, pa-
ra atender a programação especial de ensino ou pesquisa.

TABELA 6 - Distribuição dos Professores por Situa-
ção Funcional

SITUAÇÃO FUNCIONAL	N	%
Assistente	191	54,6
Adjunto	106	30,3
Titular	49	14,0
Visitante	3	0,9
sem informação	1	0,3
TOTAL	350	100,0

A Tabela 7 indica que 94,9% da população estudada tem
contrato de trabalho pela Consolidação das Leis do Trabalho
(CLT). Os demais professores são regidos pelo Estatuto dos Fun-
cionários Civis da União.

TABELA 7 - Distribuição dos Professores por Víncu-
lo Empregatício

VÍNCULO EMPREGATÍCIO	N	%
estatutário	17	4,9
celetista	332	94,9
em branco	1	0,3
TOTAL	350	100,0

No que concerne ao ano de ingresso como docente na UFSC, a Tabela 8 demonstra que a maior concentração registra-se entre os anos de 1975 e 1980. Cento e sessenta e sete (167) docentes, ingressaram na Instituição nestes anos. Constata-se, ainda, que a população como um todo iniciou suas atividades na UFSC em 1958 e que apenas quatro (4) professores ingressaram em 1984. Onze (11) professores deixaram de informar seu ano de ingresso na Universidade.

TABELA 8 - Distribuição dos Professores por Ano de Ingresso na UFSC

ANO DE INGRESSO	N	%
1958	1	0,3
1960	2	0,6
1962	3	0,9
1963	1	0,3
1964	7	2,0
1965	7	2,0
1966	5	1,4
1967	7	2,0
1968	6	1,7
1969	8	2,3
1970	15	4,3
1971	14	4,0
1972	14	4,0
1973	9	2,6
1974	17	4,9
1975	22	6,3
1976	35	10,0
1977	26	7,4
1978	27	7,7
1979	22	6,3
1980	35	10,0
1981	13	3,7
1982	20	5,7
1983	19	5,4
1984	4	1,1
Em branco	11	3,1
TOTAL	350	100,0

Trezentos e vinte e cinco (325) docentes realizaram cur-

so de Mestrado (92,9%). Considerando que até 1979, o professor de ensino superior para ingressar na carreira do magistério deste nível de ensino precisava ter, pelo menos, o curso de Mestrado, entende-se o grande número de docentes com esta habilitação. A Tabela 9 demonstra a distribuição destes professores pelas Instituições de Ensino Superior (IES) onde obtiveram este título.

Verifica-se que cento e cinquenta (150) docentes fizeram seus cursos na UFSC (42,9%). Outros professores adquiriram seus títulos em diferentes IES nacionais, havendo maior concentração na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e Universidade Federal do Paraná (UFPr). Constata-se que vinte e dois (22) docentes realizaram seu curso de Mestrado em instituições estrangeiras. Percebe-se que, além da UFSC, as instituições mais procuradas são aquelas que já possuem tradição de bons estabelecimentos de ensino e pesquisa no País.

TABELA 9 - Distribuição dos Professores pelas Instituições onde cursaram Mestrado

INSTITUIÇÕES	N	%
UFSC	150	46,1
UFRGS	40	12,3
PUC - São Paulo	20	6,1
USP	27	8,3
UNICAMP	8	2,5
UFRJ (COPPE)	17	5,2
IMPA	7	2,1
UFPr	7	2,1
Outras IEs Nacionais	27	8,3
Instituições estrangeiras	22	6,8
TOTAL	325	100,0

Verifica-se, na Tabela 10, que as IES onde os docentes realizaram seus cursos de Mestrado estão localizadas nas regiões sul e sudeste do País. Os maiores percentuais situam-se em Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Entende-se esta situação pela maior concentração de cursos de Pós-Graduação nos Estados da federação onde o desenvolvimento econômico, político, social e cultural é maior.

TABELA 10 - Distribuição dos Professores pelos Estados em que se Localizam as Instituições onde Realizaram Mestrado

ESTADOS	N	%
Santa Catarina	150	46,1
São Paulo	52	16,0
Rio Grande do Sul	47	14,5
Rio de Janeiro	38	11,7
Paraná	7	2,1
Minas Gerais	4	1,2
Outros Estados do País	2	0,6
Exterior	23	7,1
Em branco	2	0,6
TOTAL	325	100,0

Com relação aos países onde os docentes realizaram cursos de Mestrado, observa-se na Tabela 11 que trezentos (300) professores obtiveram seu título no Brasil e que apenas vinte e cinco (25) professores realizaram seu Mestrado em instituições estrangeiras. Destes, dez (10) professores concluíram seus estudos nos Estados Unidos da América (EUA), quatro (4) na In-

glaterra, três (03) no México, dois (02) na França, estando os demais espalhados por diversas instituições em diferentes países.

Neste nível de ensino de Pós-Graduação já existe no Brasil um número bastante grande de instituições oferecendo bons cursos, o que se comprova pelo número de docentes (300) que realizou seu curso de Mestrado no País.

TABELA 11 - Distribuição dos Professores pelos Países onde Foram Realizados Cursos de Mestrado

PAÍSES	N	%
Brasil	300	92,3
Estados Unidos da América	10	3,0
Inglaterra	4	1,2
México	3	0,9
França	2	0,6
Argentina	1	0,3
República Federal da Alemanha	1	0,3
Bélgica	1	0,3
Itália	1	0,3
Egito	1	0,3
Índia	1	0,3
TOTAL	325	100,0

A Tabela 12 indica que sessenta e três (63) professores realizaram curso de Doutorado. Estes cursos foram realizados, na maioria, em instituições estrangeiras. Apenas vinte e quatro (24) docentes concluíram seu Doutorado no País, sendo a USP,

a instituição de ensino superior responsável por 50% desta formação.

Os demais trinta e nove docentes freqüentaram cursos em instituições no exterior, havendo maior incidência de formação nos EUA seguidos da França, Inglaterra e República Federal da Alemanha.

TABELA 12 - Distribuição dos Professores pelas Instituições onde cursaram Doutorado

INSTITUIÇÕES	N	%
Universidade de São Paulo	12	19,0
Universidade Federal do Rio de Janeiro	4	6,4
Outras IES nacionais	8	12,7
Instituições estrangeiras	39	61,9
TOTAL	63	100,0

Com relação ao País onde os professores obtiveram o título de Doutor, constata-se grande diversidade de países, sendo a maior concentração nos EUA e na França, conforme Tabela 13.

TABELA 13 - Distribuição dos Professores pelos Países em que se Localizam as Instituições onde Cursaram Doutorado

PAÍSES	N	%
Brasil	24	38,1
Estados Unidos da América	11	17,5
França	8	12,6
Inglaterra	5	7,9
República Federal da Alemanha	5	7,9
México	2	3,2
Canadá	2	3,2
Argentina	1	1,6
Escócia	1	1,6
Bélgica	1	1,6
Itália	1	1,6
Índia	1	1,6
Austrália	1	1,6
TOTAL	63	100,0

Apenas vinte e seis (26) docentes fizeram Livre Docência. A Livre Docência foi implantada quando a condição essencial para a docência no magistério de ensino superior era o título de Doutor. Como a maioria dos membros do magistério superior não atendia a este requisito, a solução encontrada, na época, foi permitir a Livre Docência àqueles que haviam se formado há dez (10) anos e estavam exercendo o magistério há cinco (5) anos. Desta forma, os professores que se submeteram a estes exames e foram aprovados possuem o título de Livre Docente, que equivale ao título de Doutor.

A instituição onde foram obtidos o maior número de títulos de Livre Docente foi a UFSC, conforme pode-se constatar na Tabela 14.

Os demais obtiveram o título em instituições de outros Estados do País, uma vez que a Livre Docência tem validade apenas no território nacional.

TABELA 14 - Distribuição dos Professores Portadores do Título de Livre Docente pelos Estados em que se Localizam as Instituições onde Obtiveram seus Títulos

ESTADOS	N	%
Santa Catarina	20	76,9
Rio Grande do Sul	2	7,7
São Paulo	2	7,7
Rio de Janeiro	1	3,8
Minas Gerais	1	3,8
TOTAL	26	100,0

Dos trezentos e cinquenta (350) professores, apenas três possuem os três títulos acima referidos, ou seja, são Mestres, Doutores e Livre Docentes, cinquenta e um (51) são Mestres e Doutores e os demais que possuem mais de uma titulação, encontram-se, expressos na Tabela 15, distribuídos pelos Centros a que pertencem.

TABELA 15 - Distribuição dos Professores por Qualificação e por Centro

CENTROS	QUALIFICAÇÃO							TOTAL
	M	D	LD	M+D	M+LD	D+LD	M+D+LD	
CCA	10	-	01	03	-	-	-	14
CCB	17	01	03	06	-	-	-	27
CCE	18	01	-	02	-	-	02	23
CCH	31	02	02	07	02	01	-	45
CCS	30	-	06	05	02	02	-	45
CDS	03	-	-	-	-	-	-	03
CED	27	-	-	02	-	-	-	29
CFM	49	01	-	08	01	-	-	59
CSE	19	01	02	05	-	-	-	27
CTC	62	-	-	13	01	-	01	77
TOTAL	266	06	14	51	06	03	03	349

Obs.: 01 docente não informou sua qualificação.

Legenda: M - Mestrado
D - Doutorado
LD - Livre Docente

Dos trezentos e cinquenta (350) docentes, duzentos e sessenta e seis (266) realizaram trabalhos científicos, representando 76% do total. Tem-se, portanto, oitenta e quatro (84) docentes, ou seja, 24% que embora possuindo a titulação desejada, não realizaram trabalhos científicos.

Os trabalhos científicos considerados nesta pesquisa estão representados por publicação de livros e de relatórios de pesquisa, apresentação de trabalhos em encontros nacionais e internacionais, publicação de trabalhos em revistas nacionais e estrangeiras e outras publicações.

4.2. Fatos que Favorecem a Realização de Trabalhos Científicos

Dos duzentos e sessenta e seis (266) professores que realizaram trabalhos científicos, o interesse pessoal (91,3%) e a disponibilidade de horas/semanais destinadas à elaboração destes trabalhos (74,0%) foram os fatores que mais favoreceram a sua realização.

Tanto o interesse pessoal quanto a disponibilidade de carga horária apresentaram o maior percentual relativo em 1ª opção, como os maiores índices se forem consideradas todas as opções.

O interesse pessoal reflete uma postura do profissional que, independentemente de suas obrigações quanto a regime de trabalho ou outras implicações, realiza trabalhos que vão ao encontro de suas satisfações.

A disponibilidade de horas semanais para o desenvolvimento de trabalhos científicos está prevista quando do preenchimento do Plano Individual de Trabalho (PIT). Nesta oportunidade, o professor envolvido com trabalhos de pesquisa pode alocar até quinze (15) horas semanais para a realização destas atividades. Sabe-se, e quem faz pesquisas sabe disto, que este tempo é mínimo, e que em determinados momentos da atividade o docente necessitaria de todo o tempo disponível para interpretar, analisar e escrever seu trabalho. Entretanto é o tempo de que dispõem os docentes para estas atividades.

As demais opções que acompanham esta questão como obtenção de bolsas especiais, realização de convênios com entidades nacionais e/ou estrangeiras, incentivos do Departamento e da UFSC para realizar pesquisas e intercâmbio entre os Departamentos não conseguiram, nenhuma delas, em 1ª opção, 10% da mani-

festação dos professores. Chama atenção o grande número de professores que desconsiderou estas opções, ou seja, 42,3%, 45,4%, 35,4% e 52,9%, respectivamente, não assinalou nenhuma destas alternativas.

Isto permite dizer que os professores respondentes desta pesquisa apresentam como fatores que facilitaram a elaboração de trabalhos científicos apenas o interesse pessoal e a possibilidade de dispor de horas semanais para a realização destes trabalhos.

Os professores acrescentaram ainda os seguintes motivos: infra-estrutura, incentivos do local de trabalho antes de vir para a UFSC, intercâmbio entre o Departamento e áreas afins de outras IES nacionais e estrangeiras, entender que a função na Universidade não é só dar aulas, incentivo salarial e existência de maiores escalas entre o Mestre e o Doutor na qualificação e remuneração do docente, participação em congressos, exigência da CAPES em relação à manutenção do bom conceito do curso, obtenção de financiamento, compromisso com a transformação da escola vigente, presença de Professor Visitante no Departamento, salários justos, envolvimento com pessoas mais tituladas na pós-graduação e que fazem pesquisas, interesse profissional.

4.3. Motivos que Dificultaram ou Impediram o Desenvolvimento de Trabalhos Científicos

Quanto aos motivos que dificultaram ou impediram o desenvolvimento de trabalhos científicos, questão colocada a todos os trezentos e cinquenta (350) docentes da pesquisa, 47,7%,

ou seja, cento e sessenta e sete (167) professores consideraram o envolvimento com atividades administrativas como a maior dificuldade. Ressalte-se que são muitas as oportunidades na UFSC, para exercer atividades administrativas: Direção de Centro, Chefia de Departamento, Coordenadoria de Curso, Direção de Departamentos Administrativos, Coordenadorias de Pesquisa, de Extensão, de Estágios, Reitoria, Pró-Reitorias, com carga horária de até quarenta (40) horas semanais para atividades administrativas, dependendo da função ou cargo ocupado. É evidente que quanto maior for o envolvimento do professor com atividades administrativas, menor será o tempo disponível para dedicar-se a trabalhos científicos.

O segundo motivo mais representativo nesta questão refere-se ao número excessivo de horas/aula. 12% dos professores assinalou como 1ª opção esta alternativa. Se forem consideradas todas as opções, chega-se a 40% dos professores que assinalou esta opção. Como se sabe a Resolução nº 24/82-CEPE, ao estabelecer normas para a distribuição das atividades de magistério, define também como dezesseis (16), o número mínimo de horas-aula a serem ministradas por docentes em regime de Dedicção Exclusiva, se não se dedicarem a outras atividades, e que o docente com regime parcial de trabalho, ou seja, vinte (20) horas, deverá ministrar em média oito (8) horas/aula, por semana.

Entretanto, o Art. 1º da mesma Resolução define que as atividades de magistério superior compreendem, além das atividades de ensino, às de pesquisa, de extensão e ainda as inerentes à direção ou assessoramento exercidas por professores na UFSC ou em órgão do MEC. Daí porque o professor exerce também estas outras atividades. Questionados sobre quantas eram estas

aulas, em média, em 1984, as respostas foram as mais variadas possíveis. Um professor alegou ser três (03) o número de horas/aula ministradas como o máximo que o impede de produzir. Este número chama atenção por ser reduzido e pelo fato de um professor considerá-lo excessivo e até como impedimento para a produção científica. Dos demais, consideram como número excessivo de horas/aula a partir de oito (08) e até vinte e quatro (24), havendo como frequência máxima dez (10) professores com oito (08) horas, vinte e dois (22) professores com dez (10) horas, vinte e sete (27) professores com doze (12) horas e onze (11) professores, com dezesseis (16) horas. Apenas treze (13) professores acusam mais de dezesseis (16), mínimo estabelecido para que professores com dedicação exclusiva ministrem aulas, sem necessidade de exercer outras atividades.

Uma observação constante nos questionários refere-se ao número de disciplinas que o professor ministra. O professor tem considerado número de horas/aula excessivo, não apenas oito (08) ou dez (10) horas/aula por ele ministradas, mas também o número de disciplinas trabalhadas, com, às vezes, dois (02) ou três (03) programas diferentes que são alterados ao final de cada semestre. Isto implica em ter que preparar as aulas, realizar leituras, coordenar idéias, organizar assuntos, e no final do semestre passar a trabalhar com novas disciplinas. Ao mesmo tempo em que este fato favorece a não acomodação do professor, pois exige constante atualização, apresenta como ponto negativo a inconstância com relação a tantos assuntos novos a serem abordados.

Outra opção para a questão em pauta foi a dificuldade em obter financiamento apontada por 35,8% dos professores. Sabe-se

que, em algumas áreas, esta dificuldade tem sido uma constante em função de ainda não terem se formado grupos reconhecidos e com tradição. Segundo informação do representante do CNPq, no 1º Encontro Catarinense de Pesquisa Educacional, realizado em Florianópolis, em setembro de 1983, os principiantes em pesquisas devem se integrar a grupos já organizados e com tradição em pesquisa para conseguir financiamento. Isto se faz necessário tendo em vista que os iniciantes são desconhecidos e se não começarem, nunca serão reconhecidos, formando um círculo vicioso. A sugestão é, portanto, iniciar com grupos renomados.

Ausência de material bibliográfico merece destaque de 35,5% dos professores. Sabe-se que a realização de trabalhos científicos requer uma permanente atualização de material bibliográfico pertinente ao assunto. Surgem muitas vezes restrições, principalmente financeiras, para aquisição de livros, textos e revistas.

28,0% dos professores considerou, os entraves burocráticos como uma das razões que impedem ou dificultam a produção e apenas 7,3% acusou desinteresse pessoal por pesquisa.

12,8% dos professores optou como razão para não produzir, a desconsideração de trabalhos já realizados. Isto permite afirmar que a Universidade, como norma, valoriza os trabalhos produzidos pelos professores.

38,6% dos professores considerou que um dos motivos foi a ausência de incentivo funcional. Como se sabe, a Lei nº 6182/74, visando estimular o desenvolvimento da pesquisa, ao fixar a retribuição do grupo magistério, concedeu incentivo funcional pela produção dos docentes, estabelecendo percentuais sobre o seu vencimento. Segundo o Art. 5º, a concessão de tais incenti-

vos far-se-ia pela produção científica ou técnica relevante ligada ao ensino, pesquisa e extensão, bem como mediante obtenção do título de Doutor ou Livre Docente, do título de Mestre ou ainda a conclusão de curso de aperfeiçoamento ou especialização. Desta maneira, o professor era incentivado a realizar cursos e pesquisas, a especializar-se, a produzir, pois sua melhor remuneração encontrava-se vinculada a estes fatores.

Estes incentivos traziam como consequência uma provável melhoria do ensino, pois a docência não ficaria limitada à transmissão de conhecimentos, mas também preocupada em descobrir novas informações ou relações, ampliar e verificar o conhecimento existente (GRESSLER, 1979:16).

A produção científica, anteriormente referida, era objeto de avaliação a cada período de cinco (05) anos, podendo o incentivo funcional ser renovado ou suprimido. Para esta avaliação, era considerada sempre a produção não incluída na avaliação anterior, o que exigia do docente constante realização de pesquisas, trabalhos, cursos e leituras, oportunizando maior produção.

A Comissão Permanente de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (COPERTIDE), criada em 1969, e a Comissão Permanente dos Regimes de Trabalho (COPERT) que, em 1975 substituiu a COPERTIDE, eram responsáveis pela concessão ou supressão do regime de tempo dos docentes, sempre relacionados a sua participação em atividades de produção científica.

Pela legislação em vigor o Decreto nº 85.487, de 11 de dezembro de 1980, foram absorvidos pelos valores de vencimentos, salários e gratificações, todos os incentivos funcionais (art. 36) e, ficou estabelecida a carreira do magistério supe-

rior, onde a progressão do docente acontece também independente de sua produção. Após o ingresso na carreira do magistério de nível superior, o docente progride, automaticamente, após cada interstício de dois (02) anos, passando por todas as classes, sem encontrar barreiras quanto à exigência de grau de Mestre ou Doutor, ou mesmo relacionado à produção científica.

Quando a progressão for vertical ou seja, representar mudança de uma classe para outra, haverá análise das atividades desenvolvidas pelo professor e o seu resultado será submetido à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), que substituiu à COPERT.

Apenas para o ingresso na categoria de Titular faz-se necessário concurso público de provas e títulos, segundo o Decreto nº 85.487/80, porém sem a exigência do título de Doutor, como era anteriormente definido, sendo necessário apenas que o docente esteja na classe de Adjunto.

Desta forma, pode-se dizer que, na legislação atual, o docente mesmo que não conclua cursos e que não produza cientificamente também ascenderá profissionalmente.

Como se percebe, houve alteração significativa na carreira do professor universitário. Se antes ele perseguia melhor formação e maior produção porque estas lhes ofereciam maior retribuição financeira, agora ele talvez tenha sua produção vinculada, tão somente, a sua postura pessoal.

Para 38,6%, ou seja, cento e trinta e cinco (135) professores a ausência de incentivo funcional foi considerada como um dos motivos que dificultava ou impedia a produção. Entretanto para mais da metade de população 56,3% esta opção não foi representativa, pois cento e noventa e sete (197) professores

não a assinalaram.

As duas situações colocadas anteriormente, quais sejam, a progressão do docente após interstício de dois (02) anos bem como a ausência de incentivo funcional foram assuntos apresentados e discutidos, em dois eventos ocorridos nesta Universidade, no ano de 1985. Em maio foi realizado pela Coordenadoria de Recursos Humanos, um Encontro com docentes que tiveram oportunidade de realizar seus cursos fora do Estado de Santa Catarina e também no exterior e em outubro a V Semana da Pesquisa, que anualmente tem servido para se conhecer e discutir o que se faz em pesquisa na UFSC. Nestas duas oportunidades, professores responsáveis pelo encaminhamento dos assuntos e mesmo participantes consideravam que a ausência do incentivo funcional e a mudança de classe após interstício de dois (02) anos, independente de produção, eram considerados fatos altamente desestimuladores e desencorajadores para o desenvolvimento de trabalhos científicos.

Outra dificuldade apontada foi a falta de espaço físico adequado. Em alguns Centros, realizar pesquisas implica obrigatoriamente em dispor de espaço físico para poder ter condições mínimas de trabalho. Este espaço físico muitas vezes está expresso em termos de salas apropriadas, laboratórios ou ainda em dispor de sala de trabalho do professor com um número menor de docentes por unidade. Muitos docentes acusam haver muitos professores numa mesma sala. Quando um professor atende a alunos numa sala de trabalho, está comprometendo o trabalho realizado por seu companheiro. Este espaço físico adequado também se refere a local apropriado, sem movimentação exagerada, silencioso, que permita estudar e refletir.

26,2% dos professores considerou que ausência de linha de pesquisa ou falta de orientação para pesquisa são motivos que dificultam ou impedem a realização de trabalhos.

Como se sabe, a Universidade em si não possui uma linha de pesquisa e também não existe, a nível de todos os Centros, pessoal preparado para orientar pesquisas. Dada a diversidade de metodologias de pesquisa constitui-se realmente tarefa difícil ter alguém responsável para tal.

No momento presente, prevê-se a criação de Coordenadorias de Pesquisas e Extensão junto aos diferentes Centros da Universidade, no sentido de orientar e acompanhar as atividades de pesquisa.

Finalmente, como mais uma situação que os professores poderiam escolher, aparece a rivalidade pessoal entre grupos de Departamento, escolhido por apenas 12,3% dos docentes. Este item foi acrescentado ao questionário por estar a Universidade dividida em duas ou mais facções, com princípios fortes e diferentes. Entretanto, não parece representar um dos motivos que dificultem ou impeçam a produção dos professores.

Em outros motivos, foram acrescentados os itens a seguir, sem que tenha havido convergência acentuada para determinado assunto. Assim, os professores, além das alternativas tratadas anteriormente, onde cada uma delas foi comentada, apontaram, ainda, os seguintes motivos como impeditivos ou dificultadores para produção científica:

- atendimento a diferentes programas num mesmo período ou até em períodos sucessivos;

- falta de ambiente propício para um trabalho intelectual sério;

- sobrecarga de atividades face às características do Departamento e pequeno número de docentes;

- precariedade de equipamentos e pouco recurso para material de consumo a fim de manter as instalações adquiridas por projetos;

- o sistema de incentivo à pesquisa no Brasil;

- desinteresse ou omissão dos colegas com relação às atividades de pesquisa;

- falta de motivação e valorização da pesquisa e do trabalho científico na UFSC;

- falta de organização e planejamento nas atividades de pesquisa nos Departamentos;

- necessidade de aceitar trabalhos de consultoria ou cursos fora da UFSC como meio de complementar salários;

- falta de tradição;

- impossibilidade de quem tem regime parcial ter horas para pesquisa;

- acumulação de cargos;

- falta de infra-estrutura para trabalhos experimentais;

- envolvimento em atividades político-partidárias;

- dificuldade para publicação dos trabalhos produzidos;

- falta de pessoal de apoio;

- falta de alunos que obtenham bolsa de pesquisa e auxiliem no trabalho;

- a colaboração que a UFSC oferece é nula, desmotivante e alienada;

- a supervalorização do aspecto burocrático-formal do projeto e do resultado da pesquisa em detrimento da qualidade e significado da pesquisa;

- não disponibilidade de serviços computacionais adequados;

- o fato de todos terem passado para a classe de Assistente em 1980;

- a dedicação profissional a atividades extra-universidade não ligadas à pesquisa;

- as atividades burocrático-administrativas, para as quais o professor em regime de DE é convocado;

- falta de experiência.

Entretanto, pode-se também apresentar estes motivos que dificultaram ou impediram o desenvolvimento de trabalhos científicos, separando os dois grupos: os que produziram e aqui estão duzentos e sessenta e seis (266) docentes que realizaram trabalhos científicos e os que não produziram, com os oitenta e quatro (84) restantes.

4.3.1. Motivos que Dificultaram ou Impediram o Desenvolvimento de Trabalhos Científicos Considerando em Grupos Distintos; os Professores que Produziram e os que não Produziram.

Entre os professores que realizaram trabalhos científicos, 42% considerou que um dos motivos que mais dificultou ou até impediu esta tarefa foi o excesso de horas/aula semanais.

Questionados sobre quantas eram estas horas/aula, em média, em 1984, o maior número de professores acusou doze (12) horas/aula, havendo freqüências desde oito (08) horas até quarenta (40) horas/aula. Acima de dezesseis (16) horas/aula, (esse número é o máximo de aulas que um professor deve ministrar num regime de DE, sem obrigatoriedade de produzir) há onze (11) professores, distribuídos entre diferentes Departamentos, estando a maior representação no de Enfermagem, conforme se pode constatar na Tabela 16. É evidente que o professor que acusa quarenta (40) horas/semanais destinadas a ministração de aulas, deve ter confundido a pergunta, respondendo-a erroneamente, pois consulta feita à Coordenadoria Técnica de Ensino revela que nenhum professor ministra quarenta (40) horas de aula na semana.

TABELA 16 - Distribuição dos Professores que Desenvolveram Trabalhos Científicos e que Acusaram Carga Horária Acima de 16 horas, por Centro e Departamento.

Centro/Departamento Nº horas	CCE	CCS		CED			CSE	CTC	
	LLE	NFR	STM	EED	MEN	BDC	CAD	ARQ	EMC
17	-	-	-	1	-	-	-	-	-
18	1	1	-	-	-	-	-	1	-
20	-	2	-	-	-	-	-	-	-
21	-	-	-	-	1	-	-	-	-
25	-	-	1	-	-	1	-	-	1
40	-	-	-	-	-	-	1	-	-
TOTAL	1	3	1	1	1	1	1	1	1

Para este grupo mereceu ainda destaque como motivo dificultador para a produção: o desenvolvimento de atividades administrativas.

Os outros motivos colocados por ordem de prioridade foram: o não financiamento, ausência de material bibliográfico, falta de espaço físico adequado, ausência de incentivo funcional, entraves burocráticos, ausência de linha de pesquisa. Apenas dezesseis (16) professores, neste grupo, acusaram desinteresse pessoal por pesquisa.

Entre os oitenta e quatro (84) que não produziram, vinte e seis (26) professores consideraram como motivo o número excessivo de horas/aula semanais. Quanto ao que foi considerado, por estes professores como número excessivo encontra-se desde três (03) até vinte (20) horas/aula semanais, havendo maior representatividade em doze (12) horas. Considera-se que também o docente que acusou três (03) horas/aula como número excessivo deve ter se enganado porque mesmo que seu regime de trabalho seja de vinte (20) horas, não se pode considerar três (03) horas/aula, como número excessivo e até capaz de dificultar ou impedir a produção científica.

Outras razões apresentadas foram em ordem de importância, o desenvolvimento de atividades administrativas, a dificuldade de obter financiamento, ausência de incentivo funcional, falta de espaço físico, falta de orientação para pesquisa, ausência de linha de pesquisa e entraves burocráticos. Apenas nove (09) professores acusaram desinteresse pessoal por pesquisa.

Como se pode perceber, não há diferença significativa entre os motivos que dificultam ou até impedem a realização de

trabalhos científicos, sendo que os dois (2) motivos que ambos, professores que produziram e que não produziram, apontam como prioritários são comuns, ou seja, excesso de horas/aula, e envolvimento com atividades administrativas.

4.4. Contribuição da Pós-Graduação

Quando questionados se para a realização de trabalhos científicos a conclusão de cursos de Pós-Graduação contribuiu, trezentos e onze (311) professores responderam positivamente, vinte e nove (29) consideraram não haver contribuído e dez (10) professores deixaram em branco. Cabe registrar que os professores que fizeram somente a Livre Docência, poderiam deixar de responder, uma vez que eles não fizeram um curso, apenas apresentaram um trabalho científico considerado de real valor. Por esta razão podia ser entendido que não havia necessariamente que responder à questão, muito embora não houvesse nenhuma determinação no questionário.

Entre os professores que consideraram positiva a contribuição do curso para realizar novos trabalhos científicos cento e setenta (170) professores assinalaram, em 1ª e 2ª opções, que esta contribuição foi sentida nos conhecimentos adquiridos. Se for somado a estes os que assinalaram esta opção porém sem priorizá-la e se forem acrescentados os que colocaram como outras prioridades, chega-se ao total de duzentos e setenta e oito (278) professores que afirmam esta colocação. Representa um percentual bastante acentuado (89%) os que consideram que os cursos de Pós-Graduação realmente acrescentam novos conhecimentos

e que estes facilitam a realização de novos trabalhos científicos.

Duzentos e um (201) professores assinalaram que a colaboração oferecida pelo curso de Pós-Graduação foi sentida na atitude de investigação obtida. Cumprem assim, os cursos de Pós-Graduação um de seus objetivos que é despertar no aluno uma atitude de investigação que lhe permita continuar sempre a procurar novos conhecimentos, numa busca incessante de saber.

As opções que seguem dizem respeito ao detalhamento dos conhecimentos adquiridos. Vale a pena observar como os professores se manifestam em função destas opções. Assim, cento e quarenta e seis (146) professores afirmam que a grande colaboração foi na seleção do assunto a ser investigado, cento e cinquenta e um (151) na elaboração do projeto, cento e quarenta e cinco (145) na seleção da metodologia, oitenta (80) na organização de instrumentos, cento e setenta e cinco (175) no desenvolvimento do trabalho, cento e vinte e três (123) na redação do relatório, cento e cinquenta e oito (158) na interpretação dos resultados, e somente vinte e quatro (24) professores acrescentaram outras contribuições. Para estes últimos, a contribuição da Pós-Graduação se deu, principalmente:

- na importância que representa para o avanço científico;
- pela disposição de uma boa biblioteca durante o curso de Mestrado;
- na maturidade científica;
- na visão global de ciência na área;
- na autonomia, iniciativa e experiência em escolher temas de pesquisa e elaborar projetos;

- na consciência de que o conhecimento não é neutro, mas interessado e que, por isso, o saber se deve fazer em termos nacionais e não sofrê-lo culturalmente;
- na montagem do equipamento de pesquisa.

Para os professores que consideraram que os Cursos de Pós-Graduação não contribuíram para a realização de trabalhos científicos, houve então questionamento quanto aos fatores que podem ter desmotivado a continuação do desenvolvimento da produção científica. Dos trinta e nove (39) professores que optaram por esta situação, doze (12) consideraram não ter obtido conhecimento suficiente de metodologia da pesquisa, nove (9) alegaram falta de autonomia para decidir sobre temas de pesquisa, cinco (5) definiram a dificuldade para publicação dos trabalhos realizados, e três (3) consideraram o tempo de duração do curso de Pós-Graduação.

Alguns professores acrescentaram outros motivos, quais sejam:

- falta de apoio da UFSC;
- falta de tempo e de estímulo;
- falta de material bibliográfico e possibilidade de intercâmbio;
- a estrutura curricular dos cursos de Pós-Graduação e a falta de experiência anterior e durante a sua realização;
- falta de orientação e preparação adequada para a pesquisa, principalmente em termos de conteúdo;
- o fato de não trabalhar na área específica da tese;
- envolvimento com atividades administrativas e de extensão;
- ausência de auxílio material;

- ter mudado de linha de pesquisa após a conclusão do Mestrado;
- ter voltado para a UFSC onde não encontrou pessoas com quem trabalhar.

4.4.1. Contribuição da Pós-Graduação, Considerando dois Grupos Distintos - os que Produziram e os que não Produziram

92,1% dos professores que produziram considerou que a Pós-Graduação influiu no desenvolvimento da produção científica e apenas 5,6% considerou negativamente. A maior contribuição sentida foi nos conhecimentos adquiridos e na atitude de investigação obtida.

Entre os que consideraram que a Pós-Graduação não influiu os motivos mais apontados foram não ter adquirido conhecimento suficiente da metodologia da pesquisa e a dificuldade de publicação dos trabalhos.

Dos oitenta e quatro (84) professores que não produziram, 78,6% considera que a Pós-Graduação influi para o desenvolvimento de trabalhos científicos e 16,7% considera negativamente. Foi também nos conhecimentos adquiridos e na atitude de investigação obtida que os professores sentiram a maior contribuição.

Entre os que deram resposta negativa, os dois motivos mais apontados para a não influência de Pós-Graduação na realização de trabalhos científicos foram: não ter obtido conhecimento suficiente de metodologia de pesquisa e falta de autonomia sobre temas de pesquisa.

Novamente, não se percebe diferenças entre as respostas oferecidas por professores que produziram e que não produziram. As outras opções que poderiam ter merecido destaque, entre as contribuições positivas da pós-graduação, na verdade, representam um desdobramento dos conhecimentos adquiridos na Pós-Graduação. Assim, respostas que indicavam que a contribuição da Pós-Graduação se encontrava na seleção do assunto, elaboração do projeto, seleção da metodologia, organização de instrumentos, redação do relatório, receberam indicações dos professores que, no espaço reservado a outros, colocavam estarem estes itens incluídos nos conhecimentos adquiridos.

4.5. Atividades Administrativas

Dos trezentos e cinquenta (350) professores participantes da pesquisa, cento e noventa e cinco (195), 55,7% já desenvolveram ou ainda desenvolvem atividades administrativas. Nesta pesquisa foi considerada atividade administrativa aquela exercida por docente da UFSC, no desempenho das funções de Reitoria e Pró-Reitorias, Direção de Centros, Chefia de Departamentos, Coordenação de Cursos, Coordenadorias de Ensino, de Estágio, de Extensão, Direção de Departamentos Administrativos e outras, para cujas atividades sejam destinadas mais de oito (8) horas semanais.

Cento e quarenta e dois (142) professores (40,6%) não desenvolveram atividades administrativas.

Separando em dois grupos como se vem fazendo, entre os duzentos e sessenta e seis (266) professores que produziram,

57,1% desenvolveu estas atividades e 40,6% não. Estes números se assemelham bastante a situação dos que não produziram, quando se tem 51,2% com atividades deste tipo contra 40,5% que nunca desenvolveram atividades administrativas.

4.6. Financiamento

Cento e sessenta e seis (166) professores dos que produziram (62%) já solicitaram financiamento para a realização de seus trabalhos científicos, conforme está demonstrado na Tabela 17.

TABELA 17 - Distribuição dos Professores que Produziram e Solicitaram Financiamento, por Centros

CENTROS	N	%
CCA	12	7,2
CCB	14	8,4
CCE	8	4,8
CCH	26	15,7
CCS	18	10,8
CDS	-	-
CED	12	7,2
CFM	22	13,3
CSE	4	2,4
CTC	50	30,1
TOTAL	166	100,0

Dentre os que tem solicitado financiamento, 16 professores o fizeram à própria Instituição, antes do ingresso na UFSC. São professores que já pertenceram a outras instituições e que conseqüentemente solicitaram apoio financeiro às mesmas. Destes 16 professores, a freqüência com que obtiveram este financiamento está assim expressa: sete (7) obtiveram financiamento sempre que solicitaram, três (3) muitas vezes e cinco (5) algumas vezes.

Sessenta e três (63) professores solicitaram financiamento à própria Instituição, após o ingresso na UFSC. Destes, onze (11) sempre que solicitaram conseguiram, quatro (4) conseguiram muitas vezes, trinta e dois (32) conseguiram algumas vezes e quinze (15) nunca conseguiram.

Cento e quarenta e quatro (144) professores solicitaram financiamento a outras entidades nacionais (CNPq, CAPES, FINEP, etc.). Destes, trinta e sete (37) sempre conseguiram financiamento, vinte e quatro (24) muitas vezes, sessenta e sete (67) algumas vezes e vinte (20) nunca.

Quinze (15) professores solicitaram financiamento a entidades internacionais (FORD, FULLBRIGHT), quatro (4) sempre conseguiram, dois (2) muitas vezes, cinco (5) algumas vezes e quatro (4) nunca.

Observa-se, pois, que o maior número de professores solicitou e conseguiu financiamento a entidades nacionais, seguidas da UFSC. Cinquenta e nove (59) professores sempre que solicitaram financiamento conseguiram, se forem consideradas as quatro (4) fontes citadas. Constata-se, também, trinta e nove (39) docentes que nunca conseguiram obter financiamento, o que pode gerar desestímulo a novas iniciativas.

4.7. Outras Informações Relevantes

Ao final do questionário foi solicitado que os professores colocassem qualquer informação julgada relevante. Houve grande diversidade de informações e de um modo geral havia críticas com relação à UFSC, sua estrutura, desinteresse, dificuldades financeiras, o que acarreta falta de material, espaço físico, laboratórios, etc.

Uma síntese das informações julgadas relevantes pelos professores está a seguir.

O desenvolvimento de atividades administrativas tem impedido os professores de produzir. Os mesmos manifestam que sentem não dispor de tempo, uma vez que alguns sempre estiveram no exercício destas funções, havendo ainda quem considere que o que prejudica atualmente a produção científica é a enorme quantidade de reuniões administrativas promovidas pela UFSC.

O financiamento conseguido junto às agências tem um valor muito inferior ao desejado, além de muitas vezes chegar com atraso de até seis (6) meses. Os financiamentos não permitem construção. Consideram, pois, os professores que a Universidade deveria colaborar neste sentido.

Há ainda os que informaram não ter conseguido financiamento, muito embora haver tentado e até ter tido despesas com telefonema, sem entretanto, ter conseguido. Por razões como esta, alguns professores se consideram sem ânimo para solicitar financiamento. Acrescentam ainda que para se poder fazer pesquisa técnica é necessário material, tornando-se indispensável o financiamento e conforme os órgãos financiadores, para consegui-lo torna-se necessário ser pesquisador experiente. Como para adquirir experiência é preciso fazer pesquisa, os profes-

res vêm como saída juntar-se a grupos "fortes" já reconhecidos.

Considera-se que também foi salientado o abandono de várias pesquisas por falta de bibliografia ou por falta de financiamento para conseguir o material desejado através do COMUT.

O atraso no término de trabalhos científicos nos últimos anos tem sido resultado das atividades políticas e participação nos movimentos de greve.

Outra das razões que dificultam haver produção científica é exercer atividades também em outras instituições.

A dificuldade na publicação de trabalhos representa um entrave. Há professores que consideram estar esta dificuldade relacionada à formação de Mestre, informando que existe preconceitos contra esta formação, privilegiando o Doutor. Outros professores consideram haver necessidade de maior divulgação dos trabalhos realizados, uma vez que facilmente eles ficam engavetados por falta de local para apresentá-los em função dos altos custos ou até desconhecimento do trabalho realizado.

Outra informação considerada relevante consiste em entender que para o desenvolvimento da pesquisa deve ser ampliada a interação entre a Universidade e a Comunidade. A receptividade dos trabalhos executados motiva a realização de novos trabalhos e uma comunidade satisfeita conseguirá recursos para realizar novas experiências.

Embora tenha havido informações julgadas relevantes envolvendo outros aspectos até aqui tratados, a maior parte das informações colocadas dizem respeito a problemas na vida universitária, dentro da própria instituição. Neste sentido, esta abertura para que o professor pudesse registrar informações serviu para que houvesse um verdadeiro muro de lamentações, on-

de cada profissional procurou reclamar das condições para pesquisar, justificar sua maior, menor ou até não produção ou até tentar mostrar como a estrutura da UFSC tem servido como entrave à realização de trabalhos que visem à produção de conhecimentos.

Uma grande preocupação diz respeito à consideração que muitos professores fazem da importância da pesquisa. Colocam-na como atividade mais importante, porém reconhecem que na UFSC ela perde lugar para o ensino, pois toda a Universidade está voltada ao ensino, muito embora seja conhecida a tríplice função: ensino, pesquisa e extensão. Enfatizar mais o ensino, em detrimento da pesquisa e da extensão, pode representar até falta de condições para investigação mais profunda e de interação com a comunidade para a qual os egressos da Universidade se dirigem. Desta forma é mais tranqüilo interpretar a leitura de sua área e repassar aos alunos através das técnicas de ensino disponíveis.

Outra situação colocada refere-se ao problema financeiro. É a falta de espaço físico, ou existência de espaço físico inadequado, de laboratórios, de materiais, de equipamentos, existência de prédios velhos, com infiltração, sobrecarga da rede elétrica, consideração de supérfluo para material necessário à realização de pesquisas, etc.

Também aparecem informações relacionadas à falta de incentivo da UFSC, no sentido de: - estabelecer apenas quinze (15) horas semanais para pesquisa, tempo considerado muito pequeno, - apresentar dificuldades em formação de equipes; - dificultar para que os professores com tempo parcial tenham horas destinadas à pesquisa; - não haver cobrança em termos de produção; -

desconsiderar as atividades realizadas em pesquisa e extensão, quando o Departamento solicita contratação de novos professores; - pouca contribuição que a Imprensa Universitária tem dado à pesquisa; - as demoras ocorridas no início das atividades por falta de orientação ou até desconhecimento dos órgãos financiadores.

O quadro de carreira também foi apresentado como informação relevante, quando se afirma que a produção não estaria vinculada à carreira e aos incentivos e que os baixos salários impedem a dedicação integral ao magistério e à pesquisa, obrigando o docente a realizar consultorias com o objetivo de complementar salários, a fim de subsistir.

Relacionados à conclusão de Pós-Graduação surgem informações de que a possibilidade de realizar pesquisa após o regresso da Pós-Graduação é muitas vezes decorrente do tema e da metodologia utilizada na tese. Metodologias sofisticadas, nos grandes centros nacionais ou no exterior, deixam os indivíduos frustrados, ao retornarem a UFSC, onde não conseguem iniciar suas pesquisas na mesma linha de trabalho.

A esta informação acrescenta-se que parece haver ruptura na atividade científica quando a dissertação está terminada. O indivíduo fica perdido, desvinculado, sem apoio, sem interesse e incentivo, fenômeno que parece comum na UFSC. A este respeito, no 1º Encontro realizado pela Coordenadoria de Recursos Humanos, em maio do corrente ano, os depoimentos dos professores presentes, todos oriundos de cursos de Pós-Graduação, ratificavam as informações emitidas nesta pesquisa. Apresentaram como dificuldades quando retornam à UFSC: encontrar uma situação mais precária do que quando saíram, falta de laboratórios, ausência

de espaço para sentar tranqüilo, falta de condições mínimas de trabalho e que quando do retorno o professor produz menos do que deveria. Os poucos que se informam do trabalho que ele fez lá fora, o fazem até por amizade. O Departamento ignora seu trabalho e, se possível, sobrecarrega-o de aulas, pois passou algum tempo sem ministrá-las. Ninguém cobra do professor e nem sempre o professor é aproveitado. Não existem iniciativas para o professor demonstrar o que aprendeu, sem contar o número de professores que, ao retornar, se aposenta ou se afasta da Universidade. Todo este quadro se apresenta porque ainda não se deu o real valor que o desenvolvimento de atividades científicas pode representar para a comunidade e o entendimento que a Universidade, enquanto instituição mais preparada, tem obrigação de contribuir para tal.

4.8. Produção Científica

A produção científica, objeto desta investigação, está representada pelo resultado de trabalhos realizados. Foram investigados livros publicados, relatórios de pesquisa publicados, trabalhos apresentados em encontros nacionais e em encontros internacionais, artigos publicados em revistas e/ou periódicos nacionais e em revistas e/ou periódicos estrangeiros e outras publicações.

Os duzentos e sessenta e seis (266) professores que realizaram trabalhos científicos indicaram um total de duas mil, quatrocentos e noventa e quatro (2.494) publicações, englobando os diferentes tipos solicitados, conforme se pode constatar na Tabela 18, a seguir:

TABELA 18 - Número Total de Trabalhos Científicos Apresentados pelos Professores e Distribuídos por Tipo de Publicação e por Centro.

CENTROS	TIPO DE PUBLICAÇÃO								TOTAL
	LIVROS		RELATÓRIOS PESQUISA	PARTICIPAÇÃO EM ENCONTROS		PUBLICAÇÕES DE TRABALHOS		OUTRAS PUBLICA ÇÕES	
	ESPECÍ- FICOS	NÃO ESPECÍ- FICOS		NACIONAL	INTERNACIO NAL	REVISTA NACIONAL	REVISTA ESTRAN- GEIRA		
CCA	4	-	32	45	1	38	1	5	126
CCB	6	-	2	84	8	39	12	2	153
CCE	37	7	8	53	6	29	12	18	170
CCH	33	3	26	88	11	85	18	12	276
CCS	24	5	34	346	20	248	25	19	721
CDS	1	-	-	2	2	4	-	1	10
CED	8	-	37	77	1	40	2	11	176
CFM	4	4	19	120	12	21	39	14	233
CSE	10	2	9	17	6	50	3	8	105
CTC	15	-	72	206	55	85	64	27	524
TOTAL	142	21	239	1.038	122	639	176	117	2.494

O maior número de publicações, por Centro, pertence ao Centro de Ciências da Saúde (CCS), seguido dos Centros Tecnológico (CTC), de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM) e de Ciências Humanas (CCH).

Os livros publicados apresentam-se subdivididos em área específica e não específica. Em ambos os casos, foi o Centro de Comunicação e Expressão que apresentou o maior número de publicações. Este Centro está representado por professores dos Departamentos: Língua e Literatura Estrangeiras (LLE), Língua e Literatura Vernáculas (LLV) e Comunicação Social (COM).

Com relação a relatórios de pesquisa publicados, o número mais expressivo encontra-se no CTC, seguido do CED e do CCS.

Os livros e os relatórios de pesquisa tem sido publicados nos mais diversos órgãos de publicação em todo o País, destacando-se a UFSC e sua Editora, a UDESC/CEPE, a Edeme e Anais de Congressos. Outros trabalhos têm sido publicados, de acordo com sua área específica, por órgãos interessados nas diferentes publicações.

Como se pode observar o tipo de trabalho mais realizado foi a apresentação de trabalho em encontros nacionais. Em oito (8) dos dez (10) Centros esta atividade foi a mais significativa.

A participação de docentes e pesquisadores em reuniões científicas, seja no País, seja no exterior, proporciona contatos pessoais e projeção para o País (VELOSO, 1976:139) além de constituir-se numa forma privilegiada para depurar os resultados das pesquisas e criar vínculos pessoais estimulando o intercâmbio entre os pesquisadores (SCHIEFELBEIN, 1973:30).

Esta oportunidade para divulgar seus trabalhos poderia

oferecer aos autores uma compensação valiosa que é a consideração que o mesmo passa a desfrutar perante seus pares (DREIFUS, 1979:951).

COVIAN (1979:617) considera que "o homem de ciência que se fecha esquisofrenicamente no seu laboratório, alheio a todo problema universitário, político e social é também um marginalizado."

Pode-se entender a razão desta ser a atividade mais realizada, em função do grande número de encontros, congressos, seminários, reuniões anuais da SBPC, eventos nacionais, estaduais e locais oferecidos. Como se trata de encontros nacionais, quando o professor não conta com auxílio financeiro da UFSC para estadia, passagens, transporte, hospedagem e alimentação, muitas vezes comparece a estes encontros pagando ele mesmo suas despesas.

Destacam-se CCS e CTC com 53% do número total de docentes que participaram desta atividade, ficando os restantes 47% divididos pelos demais Centros.

Esta mesma situação é encontrada na publicação de trabalhos em revistas nacionais, onde 52% destes trabalhos foram realizados por professores dos CCS e CTC.

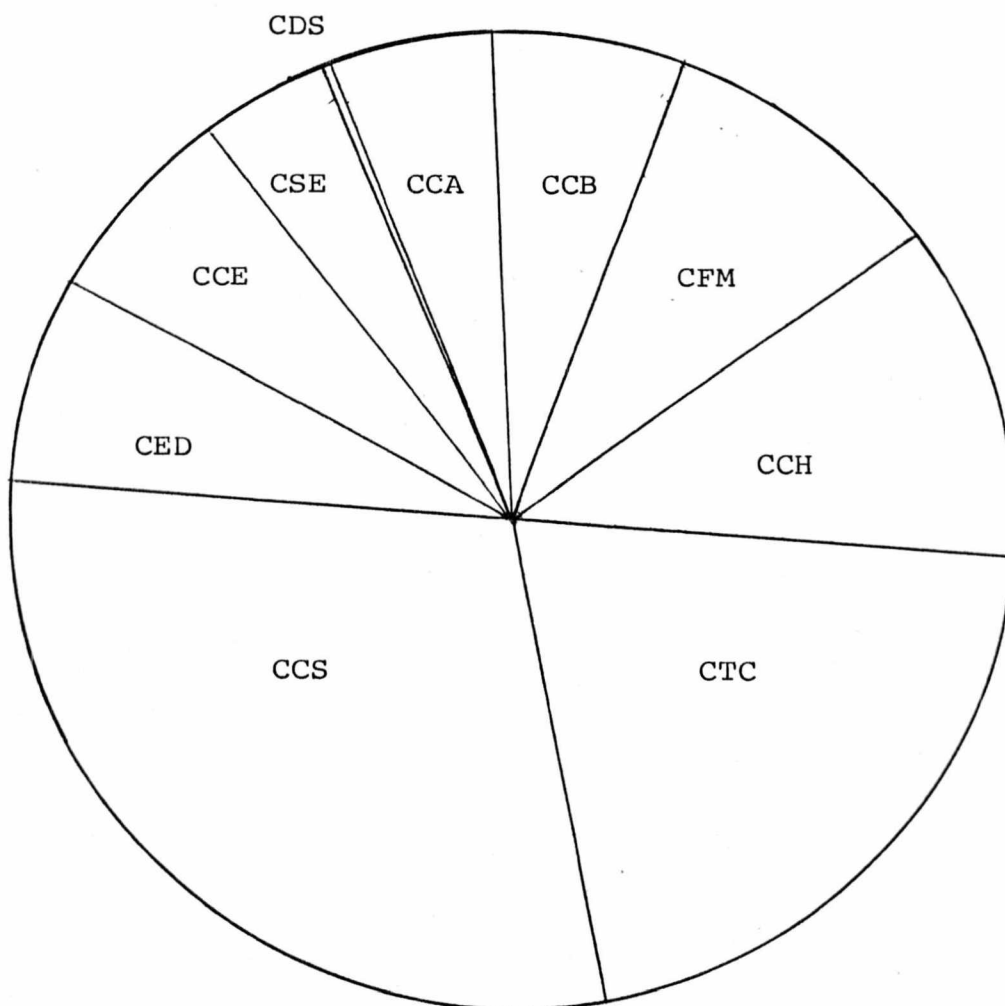
Com relação a estas mesmas atividades, porém em encontros internacionais e revistas estrangeiras, há uma inversão, passando a liderança para o CTC, seguido do CCS.

61% dos trabalhos apresentados em encontros internacionais foram feitos pelos professores destes dois (2) Centros, bem como 50% dos trabalhos publicados em revistas estrangeiras. Estão, pois, estes Centros, CCS e CTC, com 49,9% da produção apresentada nesta pesquisa. O gráfico, a seguir, expressa esta

situação.

GRÁFICO Nº 1

Demonstração Gráfica da Participação dos Diferentes Centros na
Produção Científica Apresentada.



Feito o levantamento sobre os locais onde se realizaram os encontros e onde são editadas as revistas que publicaram os trabalhos, constatou-se que no País, os Estados mais citados são os da região sul, seguidos da região sudeste. Esta situação pode-se entender por estar a UFSC na região sul e por ser a região sudeste aquela em que há maior desenvolvimento político-sócio-cultural. No exterior, na Europa, há maior incidência na

Inglaterra, França e Alemanha; na América do Norte, nos Estados Unidos e na América do Sul, Chile e Argentina. No cômputo geral há maior participação em encontros internacionais e publicação de artigos em revistas estrangeiras nos países da Europa, seguidos da América do Norte e América do Sul. Uma parte destes trabalhos é apresentado e/ou publicado enquanto o docente, ainda na condição de aluno de cursos de pós-graduação, realiza seus estudos. Entretanto, não se descarta a possibilidade destas atividades serem realizadas após a conclusão dos cursos, quando os professores já retornaram às suas atividades e continuam a desenvolver sua produção científica.

Com referência a outras publicações, o docente podia registrar qualquer outro trabalho científico produzido e que não se enquadrasse em nenhuma das produções anteriormente citadas.

Foram arroladas como outras publicações as seguintes produções: monografias, trabalhos didáticos, artigos de jornal, apostilas, relatórios de consulta técnica especializada, traduções, manuais, pareceres, resenhas, orientações a dissertações, trabalhos literários, seminários, palestras, debates, crônicas, crítica literária, projetos, patente de desenho industrial e outros.

Dentre estas, as mais realizadas pelos professores foram apostilas, relatórios de pesquisa (não constam no início desta parte do trabalho, porque foram apenas mimeografados) e traduções. Em toda a pesquisa houve somente três (3) professores que apresentaram em sua produção científica apenas trabalhos colocados sob esta rubrica.

Estas publicações tem período variável de duração, em alguns casos chega a ser constante durante todo o ano, sendo sua

divulgação feita através de múltiplas formas destacando-se a publicação interna na UFSC, não descartando a possibilidade de, em alguns casos, ser aberta ao público.

Procura-se a seguir demonstrar graficamente a produção apresentada pelos participantes da pesquisa, comparando-a com o número total de docentes da UFSC, nos diferentes Centros.

Para a realização deste gráfico foram considerados o número total de docentes da UFSC, o número de docentes com a titulação desejada (Mestre, Doutor ou Livre Docente), o número de professores que participaram da pesquisa, o número destes que realizaram trabalhos científicos e o número total dos trabalhos realizados.

Como já se conhece, a participação na pesquisa foi espontânea (ver Metodologia). Assim, de um total, à época, de um mil setecentos e onze (1711) professores, dos quais oitocentos e oitenta e três (883) tinham a titulação desejada, apenas trezentos e cinquenta (350) responderam ao questionário e destes, duzentos e sessenta e seis (266) apresentaram produção científica.

A Tabela 19 e o Gráfico nº 2 a seguir demonstram como está esta distribuição.

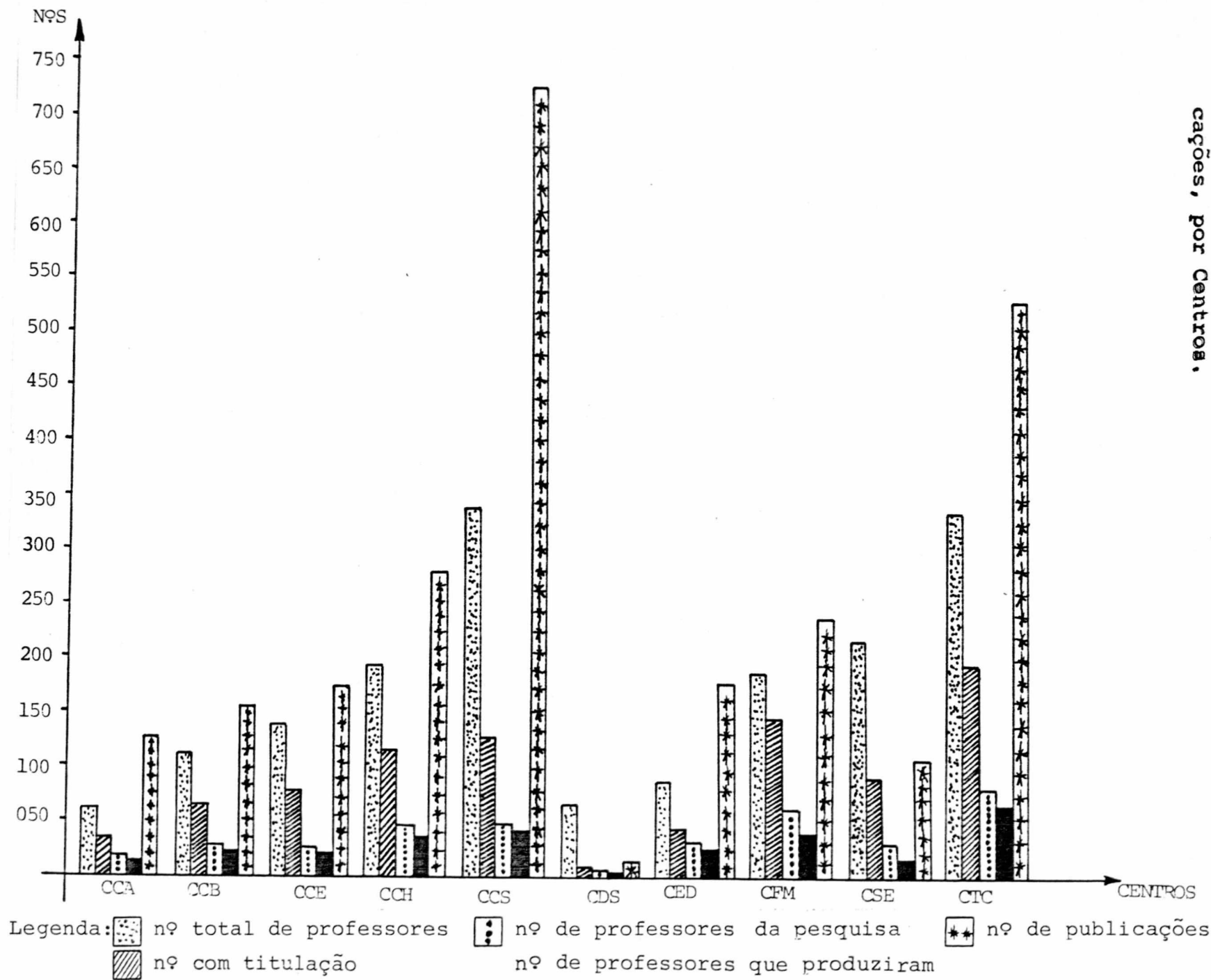
TABELA 19 - Número de Professores da UFSC, de Professores com a Titulação Desejada, de Professores da Pesquisa, de Professores que Produziram e de Trabalhos Produzidos, por Centro.

CENTROS	N Ú M E R O S				
	Total de professores	Professores com titulação desejada	Professores participantes da pesquisa	Professores que possuem produção científica	Trabalhos produzidos
CCA	61	32	14	12	126
CCB	110	64	27	22	153
CCE	138	77	23	20	170
CCH	190	113	45	35	276
CCS	336	127	45	40	721
CDS	63	04	03	02	10
CED	84	42	29	24	176
CFM	183	144	59	37	233
CSE	216	89	28	13	105
CTC	330	191	77	61	524
TOTAL	1.711*	883	350	266	2.494

* 2º semestre de 1984.

GRÁFICO Nº 2

Número Total de Professores, Professores com Titulação Desejada, de Professores da Pesquisa, Professores que Produziram e de Publicações, por Centros.



Pelo exposto no Gráfico, pode-se constatar que em apenas dois (2) Centros (CDS e CSE) a produção arrolada nesta pesquisa é menor do que o número de docentes lotados nos referidos Centros. No que diz respeito ao Centro de Desportos (CDS), foi o Centro da UFSC que apresentava o menor número de professores com a titulação desejada. De sessenta e três (63) professores, apenas quatro (4) possuíam a titulação. Ressalte-se, ainda, o grande número de docentes que atuam em Prática Desportiva (PDS), cujo objetivo é proporcionar aos alunos, dos diferentes cursos da instituição, a prática desportiva e que, às vezes, ministram elevado número de horas/aula.

O CSE é dos Centros que possuem o maior número de docentes em regime de 20 e 40 horas. São profissionais que não se encontram em dedicação exclusiva ao ensino e, conseqüentemente, se dedicam menos à pesquisa ou a trabalhos desta natureza.

Já os Centros que dispõem do maior número de docentes com a titulação desejada, são os que apresentam maior produção. Isto vem ao encontro do resultado da pesquisa realizada por SKEFF (1979:238) que investigou a qualificação dos docentes e a produção científica na Universidade de Brasília (UnB) e conclui que "como o tamanho de um departamento revelou-se outra condição necessária para a existência da produção científica, podemos supor que uma maior oferta de professores pós-graduados poderia gerar uma das condições para a produção da pesquisa nas universidades brasileiras."

A diferença existente entre o número de professores com a titulação desejada e o número dos participantes da pesquisa é evidente. Apenas 39,5% dos docentes com título de Mestre, Doutor e Livre Docente aceitou participar. Como este trabalho não

tinha objetivo de avaliação e isto ficou evidenciado nas correspondências enviadas, causa estranheza esta pequena porém importante participação.

Chama-se atenção para diversas razões que, entre outras, poderiam ter contribuído para maior colaboração dos docentes:

- 1º) grande parte dos professores (75%) possui regime de Dedicção Exclusiva;
- 2º) oportunidade para apresentar a produção científica de seu Departamento ou Centro;
- 3º) preenchimento, pela pesquisadora, dos quadros correspondentes à produção científica de docentes que não dispunham de tempo para fazê-lo;
- 4º) oportunidade de registrar as razões ou motivos que dificultam ou até impedem a produção de conhecimentos.

Com a finalidade de proceder à análise da produção científica foram consideradas as seguintes informações:

X_1	- número de livros específicos	NLE
$X_{1'}$	- número de livros não específicos	NNLE
X_2	- número de relatórios de pesquisa publicados	NRP
X_3	- número de trabalhos apresentados em encontros nacionais	NEN
X_4	- número de trabalhos apresentados em encontros internacionais	NEI
X_5	- número de artigos publicados em revistas nacionais	NRN

X_6 - número de artigos publicados em revistas estrangeiras

NRE

X_7 - número de outras publicações

NOUT

O número de livros não específicos deixou de constar dos cálculos por se tratar de material não relacionado obrigatoriamente com a área de conhecimento em que o docente atua. Considerando o interesse de possuir uma única medida que resumisse as informações, agora dadas, por $(X_1, X_2, X_3, \dots, X_7)$, utilizou-se a análise dos componentes principais que fornece uma combinação linear das sete (7) variáveis, de forma a preservar o máximo de variabilidade dos dados.

Trabalhou-se com as variáveis padronizadas $Z_j = \frac{X_j - \bar{X}_j}{S_j}$,

onde \bar{X}_j e S_j representam a média e o desvio padrão, respectivamente, da variável X_j (onde $j = 1, 2, 3, \dots, 7$).

Foram obtidas as médias e os desvios padrões das variáveis e o coeficiente do primeiro componente principal, dados a seguir:

Variável X_j	Média \bar{X}_j	Desvio Padrão S_j	Coeficiente do 1º componente principal
(1) NLE	0,41	1,22	0,33
(2) NRP	0,61	2,00	0,06
(3) NEN	2,97	7,35	0,56
(4) NEI	0,35	1,11	0,35
(5) NRN	1,85	5,75	0,55
(6) NRE	0,50	2,22	0,38
(7) NOUT	0,33	0,77	0,07

Convém ressaltar que a variação explicada pelo primeiro componente é de 34,8%. Embora seja um percentual não muito alto, o índice encontrado reflete tendências na avaliação da produção científica percebidas em outras variáveis isoladas.

O índice de produção científica (Ipc) foi estabelecido a partir da seguinte expressão:

$$\text{Ipc} = (0,33)z_1 + (0,06)z_2 + (0,56)z_3 + (0,35)z_4 + (0,55)z_5 + (0,38)z_6 + (0,07)z_7 \text{ onde,}$$

$$z_j = \frac{x_j - \bar{x}_j}{s_j} \quad \text{para } j = 1, 2, \dots, 7$$

Os resultados obtidos apresentaram grande variação, tendo sido conseguidos escores desde -0,73, significando que o indivíduo tem índice de produção abaixo da média do grupo até 18,26. Devido a esta grande variação de índices encontrada, a tabela elaborada para expressar a posição dos duzentos e sessenta e seis (266) docentes que apresentaram produção científica, não apresenta intervalos de classe com a mesma amplitude. Os agrupamentos feitos permitiram expressar a situação encontrada na distribuição dos escores de todos os elementos. Assim o intervalo -0,75 até zero representa o Ipc negativo em relação à média do grupo. Os demais intervalos zero a 0,5, 0,5 a 1, 1 a 2, 2 a 5 e maior que 5 expressam Ipc positivo. No intervalo cujo Ipc é maior que 5 encontram-se os maiores escores da pesquisa: 7,49, 9,31, 11,32 e 18,26.

A Tabela 20 demonstra a distribuição do Ipc dos duzentos e sessenta e seis (266) docentes.

TABELA 20 - Distribuição dos Ipc pelos Docentes

IPC	N
-0,75 — 0	167
0 — 0,5	41
0,5 — 1	20
1 — 2	22
2 — 5	12
5 —	4
TOTAL	266

Esta distribuição deixa claro que a grande concentração de professores acontece nas faixas de mais baixo índice. Entre o maior índice negativo encontrado e até o índice zero, situam-se cento e sessenta e sete (167) docentes ou seja 62% dos professores que embora tendo produzido apresentam índice negativo de produção ou seja abaixo da média do grupo. Se somados a estes os que tiveram Ipc entre zero e 0,5 que embora seja índice positivo representa baixo escore, obtém-se duzentos e oito (208) docentes ou seja, 78%.

Considerando, pois, este número de docentes na faixa de Ipc -0,75 — 0,5 e considerando, ainda, que a média de cada uma das variáveis é relativamente baixa, depreende-se que a produção científica destes docentes é muito pequena.

Em contrapartida é pequeno o número de docentes com produção superior ao Ipc 1. Apenas trinta e oito (38) professores estão colocados nestas faixas o que corresponde a 14% da população.

Os quatro (4) professores com Ipc maior que 5 apresentam

grande amplitude de escores, o que permite dizer que estes professores apresentaram um expressivo número de produções em relação aos demais.

Portanto, fica evidenciado que grande número dos professores possui pequena produção enquanto a menor parte deles é responsável pelo maior número de trabalhos investigados.

A Tabela 21 apresenta como esta distribuição do Ipc acontece em relação ao sexo dos participantes.

TABELA 21 - Distribuição dos Ipc em Relação ao Sexo dos Docentes

Ipc	M	F	TOTAL
-0,75 — 0	98	69	167
0 — 0,5	23	18	41
0,5 — 1	16	4	20
1 — 2	20	2	22
2 — 5	7	5	12
5 —	4	0	4
TOTAL	168	98	266

Legenda: M = Masculino
F = Feminino

Como se depreende em todos os escores há predominância do sexo masculino, havendo no escore mais alto (maior que 5) apenas este sexo representado. Convém ressaltar que a maior parte dos docentes (62%) envolvidos nesta pesquisa é formada por homens. Esta diferença esteve menos representada na faixa do escore entre 2 — 5.

Considerando a situação funcional dos docentes, a distribuição dos Ipc está assim representada.

TABELA 22 - Distribuição dos Ipc pela Situação Funcional dos Docentes

Ipc	ASSISTENTE	ADJUNTO	TITULAR	VISITANTE	NÃO IDENTIFICADO	TOTAL
-0,75 — 0	107	45	15	-	-	167
0 — 0,5	20	14	6	1	-	41
0,5 — 1	7	9	4	-	-	20
1 — 2	4	9	7	1	1	22
2 — 5	4	2	5	1	-	12
5 —	-	-	4	-	-	4
TOTAL	142	79	41	3	1	266

Pode-se perceber que os quatro (4) docentes que apresentaram o maior escore pertencem à classe dos Titulares. Também no escore imediatamente inferior (2 — 5) a maior expressão, cinco (5) professores pertencem a esta mesma classe seguida de quatro (4) professores Assistentes. Os professores Titulares representam o último degrau na carreira de professor de ensino superior e são professores com mais tempo de serviço na Instituição.

Com exceção dos professores beneficiados com documentos legais anteriores, o ingresso na classe de professor Titular exigia, até a vigência do Decreto nº 85.487/80, que o candidato tivesse o título de Doutor. Com o Decreto acima referido, esta exigência foi desconsiderada, bastando que o docente esteja na classe de Adjunto, se já faz parte do quadro de carreira da Instituição e que se submeta a concurso público de provas e títulos. Candidatos externos à Instituição para se submeter a concurso para professor Titular necessitam ter o título de Doutor ou equivalente.

Nos escores mais baixos (-0,75 — 0,5) predominam os professores Assistentes e Adjuntos, sendo que estes, na pesquisa, também representam o maior número de participantes.

Ressalte-se que há um professor Visitante com Ipc entre 1 — 2, índice baixo, se forem consideradas as condições para contratação deste tipo de profissional.

A Tabela 23 expressa a distribuição dos Ipc por faixa etária dos professores.

TABELA 23 - Distribuição dos Ipc pela Idade dos Professores

ESCORES	22-31	32-41	42-51	+ de 51	TOTAL
-0,75 — 0	41	81	37	8	167
0 — 0,5	4	20	15	2	41
0,5 — 1	5	9	5	1	20
1 — 2	-	14	6	2	22
2 — 5	1	7	2	2	12
5 —	-	-	3	1	4
TOTAL	51	131	68	16	266

Percebe-se que todos os professores que apresentam produção no mais alto escore (maior que 5) têm mais de 42 anos. Como já foi dito no início deste trabalho, os professores com faixa etária mais alta, pelo tempo de experiência acumulada, possivelmente poderiam apresentar maior produção.

Chama atenção a presença de um indivíduo com Ipc entre 2 e 5 pertencente a menor faixa etária.

Todas as faixas de idade encontram-se representadas no menor escore, inclusive oito (8) professores com idade maior que cinquenta e um (51) anos.

Na Tabela 24, pode-se verificar a distribuição dos Ipc em relação à qualificação dos professores.

Ressalta-se que todos os títulos identificados no questionário foram considerados e o enquadramento do docente, nesta tabela, foi procedido pelo maior número de títulos apresentados.

TABELA 24 - Distribuição dos Ipc pela Qualificação dos Professores

ESCORE	s/inf	SÓ 1 TÍTULO			2 TÍTULOS			3 TÍTULOS	TOTAL
		M	D	LD	M+D	M+LD	D+LD	M+D+LD	
-0,75 — 0	1	138	1	7	15	5	-	-	167
0 — 0,5	-	29	2	1	8	-	1	-	41
0,5 — 1	-	8	1	1	8	1	1	-	20
1 — 2	-	8	2	2	10	-	-	-	22
2 — 5	-	4	-	1	4	-	1	2	12
5 —	-	-	-	2	1	-	-	1	4
TOTAL	1	187	6	14	46	6	3	3	266

Legenda: s/inf = sem informação

M = Mestre

D = Doutor

LD = Livre Docente

Constata-se que dos quatro (4) professores com Ipc maior que 5, dois possuem um só título, são Livre Docentes, um acumula dois títulos, é Mestre e Doutor e o outro possui os três títulos, é Mestre, Doutor e Livre Docente. Vale a pena ressaltar que entre os que acumulam dois títulos, os que somam o Doutorado e a Livre Docência nenhum docente apresentou Ipc negativo.

Quando o Ipc está entre os escores 2 — 5, os professores que mais produziram têm o curso de Mestrado ou acumulam Mestrado e Doutorado (em ambos os casos, quatro (4) professores).

Dos quarenta e seis (46) docentes com título de Mestre e Doutor, quinze (15) estão situados com produção negativa (-0,75 a 0) e dos seis (6) com o título de Mestre e Livre Docente, cinco (5) encontram-se também nesta faixa. Estes números chamam atenção, pois, são dois (2) títulos que cada um destes professores possui, e que exigem apresentação de trabalhos científicos para obtenção dos graus. Entretanto a produção dos mesmos coloca-se abaixo da média dos grupos.

A distribuição dos escores pelos diferentes Centros a que pertencem os professores está demonstrada na Tabela 25.

TABELA 25 - Distribuição dos Ipc pelos Centros

Ipc	CCA	CCB	CCE	CCH	CCS	CDS	CED	CFM	CSE	CTC	TOTAL
-0,75 — 0	7	13	11	21	19	1	20	26	6	43	167
0 — 0,5	2	4	3	8	9	1	2	5	3	4	41
0,5 — 1	2	3	-	2	3	-	1	4	1	4	20
1 — 2	1	2	4	1	3	-	-	1	3	7	22
2 — 5	-	-	2	3	4	-	1	1	-	1	12
5 —	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2	4
TOTAL	12	22	20	35	40	2	24	37	13	61	266

Verifica-se que os quatro (4) professores que apresentam maior índice de produção (maior que 5) pertencem, em igual número ao CCS e CTC, sendo os quatro (4) sujeitos responsáveis pelo expressivo número de produção destes Centros.

Analisando esta tabela e comparando o número de professores que tem Ipc abaixo de zero com os que possuem Ipc maior que zero constata-se que apenas dois (2) Centros demonstram maior número de professores com Ipc maior que zero. São o CSE com 53,8% e o CCS com 52,5%. O CDS tem 50%, porém, apenas dois (2) professores participam, estando 1 em cada situação. Em todos os demais Centros, o percentual de professores com Ipc menor que zero é maior.

O CED é o Centro que apresenta o maior número de professores com Ipc menor que zero, 83,3% de seus docentes encontram-se ali situados, seguido do CFM com 29,7%.

Os CCA, CCB, CDS e CSE têm seus professores distribuídos até o escore 2. Acima deste, com produção maior, não existe representantes.

Como se pode perceber, a produção científica dos docentes da UFSC que participaram desta pesquisa é pequena. Grande número possui pequena produção, ficando a cargo de alguns docentes número expressivo de publicações.

Uma das indagações que norteou esta pesquisa foi se o envolvimento do docente com atividades administrativas na UFSC, seria um entrave ou apresentaria mais dificuldades à produção de trabalhos científicos, ocasionando a diminuição destes estudos. Como já foi analisado nesta pesquisa, 47,7% do total dos professores participantes acusou que uma das razões que dificultam ou impedem a produção científica encontrava-se vinculada

ao exercício de atividades administrativas, que, em alguns casos, representam a ocupação das quarenta horas semanais.

Com o objetivo de verificar se enquanto o docente desenvolve atividades administrativas sua produção diminui, o que faria com que se confirmasse uma das indagações que norteou este trabalho, procedeu-se a um estudo comparativo envolvendo docentes com publicações e atividades administrativas. Para este estudo foram incluídas somente trabalhos realizados após o ingresso na UFSC e não foram consideradas outros tipos de publicações, pela periodicidade inconstante com que se realizam.

Comparou-se, então, o número de publicações no período em que foi desenvolvida atividade administrativa com o tempo com atividade administrativa e o número de publicações no período sem atividade administrativa com o tempo sem atividade administrativa.

O resultado desta comparação, envolvendo cento e trinta e um (131) docentes (os que tinham todas as informações para serem comparadas) foi o seguinte: trinta e quatro (34) professores apresentaram menor número de publicações no período com atividades administrativas, três (3), acusaram igual número de publicações e noventa e quatro (94), tiveram maior número de publicações no período em que desenvolveram atividades administrativas.

Muito embora se imaginasse que o envolvimento com estas atividades pudesse comprometer a realização de trabalhos científicos e até 47,7% dos professores que produziram tenham informado que isto realmente ocorre, percebe-se que para 71,7% dos professores a produção científica aumentou durante o período de tempo em que esteve desenvolvendo atividades administra-

tivas. Várias são as razões que podem justificar este resultado. Entre outras, podem ser citadas as facilidades que o envolvimento com atividades administrativas oferecem na obtenção de informações, na infra-estrutura necessária, na obtenção de verbas para participar de eventos, na experiência adquirida e também na maior facilidade para publicação de trabalhos.

Vale ressaltar que trabalhou-se com as datas de publicação ou de apresentação de trabalhos, entendendo-se que o docente já pudesse ter sua produção pronta e as facilidades do exercício da função administrativa tenham oportunizado sua publicação, ou apresentação.

Outra indagação que suscitou a realização deste trabalho foi se a supressão do incentivo funcional, ocorrido a partir da vigência do Decreto nº 85.487, de 11 de dezembro de 1980, teria sido causa ponderável de desestímulo à produção. As respostas dadas nos questionários a esta indagação acusaram que apenas 38,6% dos professores considerou esta questão, embora em encontros, como o realizado pela Coordenadoria de Recursos Humanos em maio de 1985, e a V Semana da Pesquisa, em outubro de 1985, já mencionados, e até em ocasiões informais, ser comum ouvir-se referências e críticas à ausência do incentivo salarial.

Com a finalidade de verificar se a produção científica tem aumentado ou diminuído após 1980, utilizou-se o seguinte procedimento:

- 1º) foram eliminados todos os professores que ingressaram na Instituição após 1980 e excluídos os trabalhos que apresentavam falta de informação no ano de publicação;
- 2º) foram considerados apenas os professores que produ-

ziram, ficando portanto a população composta de cento e noventa e um (191) docentes;

3º) não foram consideradas outras produções;

4º) procurou-se comparar a razão existente entre o número de publicações antes de 1980 e tempo de serviço na Universidade desde o ingresso até 1980 (em anos) com o número de publicações após 1980 e o tempo de serviço na Universidade após 1980. Neste caso foram considerados quatro (4) anos, uma vez que 1984 foi o ano de coleta de dados, portanto 1984 representa o limite máximo para os cálculos.

Destes cálculos chegou-se à seguinte conclusão: trinta (30) docentes produziram maior número de trabalhos antes de 1980, onze (11) docentes tiveram número igual de trabalhos nos dois períodos (antes e depois de 1980) e cento e cinquenta (150) professores apresentaram maior número de publicações após 1980. Portanto, a produção tem aumentado em relação aos anos anteriores. É interessante, entretanto, que se discuta as razões para este fato.

Nos anos mais recentes, devido ao grande salto do ensino de pós-graduação, tem havido ingresso na Universidade de professores que já possuem a titulação de Mestre ou Doutor. Tendo em vista a preparação deste pessoal, pode-se considerar em condições de realizar trabalhos desta natureza.

Muito embora se tenha imaginado no início deste trabalho que a ausência do incentivo funcional pudesse ter causada a diminuição da produção científica, como se vê, os cálculos apresentam resultado diferente. Paradoxalmente é sensível o número de professores que aumentou sua produção nos últimos anos, mes-

mo sem qualquer incentivo salarial.

Este fato reforça o que já foi encontrado nas respostas dadas sobre quais os fatos que teriam favorecido a realização de trabalhos científicos, quando 91,3% dos professores responderam que o motivo mais forte para produzir encontrava-se vinculado a interesse pessoal. Reforça esta idéia GOUVEIA, apud SCHIEFELBEIN (1973:22) quando assinala que é preciso fazer notar que a maior parte dos trabalhos realizados por professores universitários resulta de esforços individuais relacionados com interesses intelectuais ou acadêmicos."

Desta forma, considerando que o que impulsiona o docente a realizar trabalhos científicos esteja vinculado preferencialmente ao interesse pessoal, outros fatores que teriam importância são desconsiderados ou considerados em 2º plano.

Assim, os 350 professores Mestres, Doutores e Livre Docentes, que se constituíram na população desta pesquisa tem realizado seus trabalhos científicos levados por interesse próprio. É evidente que o fato de possuir um dos títulos já proporciona a condição de ter trabalhado com metodologia da pesquisa e conseqüentemente se encontrar melhor preparado para realizar este tipo de trabalho. Razões como não obtenção de bolsas especiais, ausência de auxílio financeiro, realização de convênios com entidades nacionais e/ou estrangeiras, incentivo da UFSC ou do Departamento não se revelaram suficientemente fortes para serem o motivo mais significativo para os professores.

A sua produção está, em última análise, relacionada ao interesse pessoal.

5 - CONCLUSÕES

O objetivo do presente estudo foi identificar e analisar as causas que determinam a realização de trabalhos científicos por docentes da Universidade Federal de Santa Catarina que tenham obtido o título de Mestre, Doutor e Livre Docente.

Pretendeu, também, investigar a produção científica destes docentes bem como proceder à análise das causas que determinam maior ou menor produção de trabalhos e suas conseqüências para a UFSC e para a Comunidade.

Os professores com título de Mestre, Doutor e Livre Docente que espontaneamente aceitaram participar desta pesquisa, constituindo sua população alvo, apresentam as seguintes características: predominam professores do sexo masculino (62%); a maioria (96,3%) é brasileiro nato; a maior parte (48,5%) está na faixa etária compreendida entre 32 e 41 anos. 83,4% tem regime de trabalho de quarenta horas com dedicação exclusiva; há professores de todos os Centros, com maior freqüência do CTC, e quanto à situação funcional a maioria (54,6%) pertence à classe dos Assistentes. Predominam professores regidos pela CLT

(94,9%) e o ingresso de professores na Instituição ocorreu desde 1958 até 1984, com maior incidência nos anos de 1976 e 1980, com 10% da população em cada um destes anos.

92,9% concluiu curso de Mestrado, sendo que quase a metade (46,1%) o fez na UFSC; e um total de 93,2% realizou seu curso em IES no País. 18% concluiu o curso de Doutorado, dos quais 37,8% em instituições no País, os demais o fizeram no exterior, com maior número de professores formados nos EUA. 7,4% fez Livre Docência, sendo a maior parte destes trabalhos apresentados na UFSC.

76% dos professores realizou trabalhos científicos.

A análise e interpretação dos resultados permitem apresentar as seguintes conclusões:

- os motivos que mais facilitaram a realização de trabalhos científicos foram o interesse pessoal, apontado por 91,3% e a disponibilidade de horas semanais destinadas à realização de pesquisas (74%);

- muito embora 47,7% dos professores tenha considerado que a causa principal que tem dificultado ou impedido a produção científica esteja relacionada ao envolvimento com atividades administrativas, na análise quantitativa da produção apresentada pelos professores constatou-se que esta produção tem aumentado no período em que os docentes estão desenvolvendo atividades administrativas. Entende-se, pois, que o exercício destas atividades oferece algumas facilidades para a realização destes trabalhos. Ressalta-se que os dados colhidos e que possibilitaram esta análise estavam representados pelo ano em que o docente publicou ou apresentou sua produção, podendo, portanto, o material ter sido elaborado em momento anterior;

- outras razões apresentadas como entrave à produção de trabalhos científicos foram o número excessivo de horas/aula e a ausência de incentivo funcional, este apontado por apenas 38,6% da população;

- a maioria dos professores considera que a conclusão de cursos de pós-graduação contribuiu positivamente para a realização de trabalhos científicos, sendo a maior contribuição sentida nos conhecimentos adquiridos nestes cursos;

- entre os que registraram que a conclusão de cursos de pós-graduação não contribuiu para que o docente continuasse produzindo, o principal motivo arrolado foi não ter obtido conhecimento suficiente de metodologia da pesquisa;

- 55,7% dos professores já desenvolveu atividades administrativas e 62,4% já solicitou qualquer tipo de financiamento para a realização de seus trabalhos, sendo a maior solicitação de financiamento feita a entidades nacionais, e pequeno o número de professores que sempre ou que muitas vezes conseguiu este financiamento;

- o CCS e o CTC foram os Centros que apresentaram o maior número total de publicações, sendo que ambos participaram com 50% da produção total;

- a atividade mais desenvolvida pelos professores foi a apresentação de trabalhos em encontros nacionais, sendo a maior parte deles realizados em estados da região sul do Brasil;

- a produção científica apresentada é pequena. Os índices de produção científica (Ipc) encontrados revelam uma grande amplitude, havendo concentração de professores na faixa de escores mais baixos, quando o índice é negativo em relação à média do grupo. 62,7% dos professores encontram-se nesta situa-

ção, enquanto apenas 1,5% situa-se no mais alto escore. Isto permite afirmar que muitos professores apresentaram pequena produção e que alguns foram responsáveis por expressivo número de trabalhos;

- entre os docentes com escores negativos há predominância de indivíduos do sexo masculino; de professores Assistentes; da faixa etária entre 32 e 41 anos; de professores com o título de Mestre e estão distribuídos por todos os Centros;

- os quatro (4) docentes de mais alto escore pertencem ao sexo masculino, são Titulares, estão com mais de 42 anos e pertencem em número igual ao CCS e CTC. 50% fez Livre Docência, um possui os três títulos e o outro é Mestre e Doutor;

- a extinção do incentivo funcional não representou, como poderia à primeira vista parecer, uma das causas mais significativas para a diminuição da produção científica, uma vez que a produção dos docentes tem aumentado nos últimos anos, a partir de 1980. Contribuem para este fato, a entrada na UFSC, de docentes em número cada vez maior com titulação, bem como a conclusão de cursos de pós-graduação por docentes da Instituição. O motivo que mais tem estimulado os professores a produzir é o interesse pessoal.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Perseu. Pesquisa social; projeto e planejamento. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.
- ABRANCHES, Sérgio & VELHO, Gilberto. O financiamento e a regulamentação do ensino de pós-graduação e da pesquisa em ciências sociais. Debate CAPES, 4(1):1-4, mar 1982.
- ANDER-EGG, Ezequiel. Introducción a las técnicas de investigación: para trabajadores sociales. Buenos Aires, Humanitas, 1978.
- ASTI-VERA, Armando. Metodologia da pesquisa científica. Porto Alegre, Globo, 1973.
- BOLETIM DE DADOS. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v.1 e 2, n. 7, jan/dez 1984.
- BRAGA, Célia Maria Leal. Educação e desenvolvimento. Salvador, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciências Sociais, 1966.

BRASIL. Decreto nº 64.086 de 11 de fevereiro de 1969. Diário Oficial, Brasília, 12 fevereiro 1969. Dispõe sobre o regime de trabalho e retribuição do magistério superior federal, aprova programa de incentivo à implantação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, e dá outras providências.

_____. Decreto nº 76.924 de 29 de dezembro de 1975. s.n.t. 5p. Regulamenta a concessão de incentivos funcionais de que trata o artigo 5º da Lei nº 6.182, de 11 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a retribuição do Grupo Magistério, do Serviço Civil de União e das Autarquias Federais, e dá outras providências, Mimeo.

_____. Decreto nº 85.487 de 11 de dezembro de 1980. Florianópolis, UFSC, s.d. Dispõe sobre a carreira do magistério nas instituições federais autárquicas, e dá outras providências.

_____. Decreto-lei nº 53 de 18 de novembro de 1966. In: CARVALHO, Guido Ivan de. Ensino Superior - Legislação e Jurisprudência. 4.ed., Rio de Janeiro, s.l.p., 1975. p.63-5. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais, e dá outras providências.

_____. Decreto-lei nº 252 de 28 de fevereiro de 1967. In: CARVALHO, Guido Ivan de. Ensino Superior - Legislação e Jurisprudência. 2.ed., Rio de Janeiro, s.l.p., 1969. p.58-61. Estabelece normas complementares ao Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.

_____. Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. In: CARVALHO, Guido Ivan de. Ensino Superior - Legislação e Jurisprudência. 4.ed., Rio de Janeiro, s.l.p., 1973. p.61-76. Fixa

normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

_____. Lei nº 6.182 de 11 de dezembro de 1974. Diário Oficial, Brasília, 13 de dezembro de 1974. Seção 1, pt. 1. Fixa retribuição do Grupo Magistério, do Serviço Civil da União e das Autarquias Federais, e dá outras providências.

_____. Lei nº 5.539 de 27 de novembro de 1968. LEX, Legislação Federal, Brasília, 1968. p.1431-3. Modifica dispositivos da Lei nº 4.881-A de 6 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior, e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Portaria nº 393, de 16 de junho de 1981. Diário Oficial, Brasília, 17 de junho de 1981. Seção 2, p.4913. Dispõe sobre o regime de trabalho, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos docentes, na carreira do magistério do ensino superior das autarquias federais.

_____. _____. Departamento de Assuntos Universitários. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. Os graus de mestre e doutor nas instituições de ensino americanas. Brasília, 1977.

_____. _____. Estágio atual de pós-graduação e necessidade de treinamento de professores universitários em nível de pós-graduação. Brasília, MEC/DAU/CAPES, 1975. Mimeogr.

_____. _____. Situação atual da pós-graduação. Brasília, MEC/DAU/CAPES, 1975.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Seminário sobre a produção científica nos programas de pós-graduação em educação. Brasília, 1979.

_____. _____. Curso de pós-graduação-Brasil-estágio atual. Brasília, 1974.

_____. _____. Conselho Nacional de Pós-Graduação. Departamento de Documentação e Divulgação. Plano nacional de pós-graduação. Brasília, 1975.

_____. _____. Secretaria de Ensino Superior. II Plano nacional de pós-graduação (1982-85). Brasília, 1983.

_____. Presidência da República. I Plano básico de desenvolvimento científico e tecnológico (1973-74). Rio de Janeiro, IBGE, 1973.

_____. _____. II Plano básico de desenvolvimento científico e tecnológico (1975-77). Rio de Janeiro, 1976.

CAMPOS, Maria Aparecida Pourchet. Política de pós-graduação no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 58(128):232-40, out/dez 1972.

CARVALHO, José Murilo & ABRANCHES, Sérgio. A nova política de bolsas da CAPES. Debates CAPES, 2(4), out 1980.

CASTRO, Cláudio de Moura. Idéias sobre a pós-graduação. A CAPES e os mecanismos de sinalização. s.n.t. Mimeogr.

_____. Pós-graduação; a convivência difícil entre o esplendor e o desastre. Anuário da Educação 80. Fortaleza, Edições UFC; Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1981.

- CASTRO, Cláudio de Moura. A pós-graduação brasileira: seu grande salto e seus sobressaltos. Revista Educação MEC, Viçosa, Minas Gerais, 10(35):50-2, ago/out 1985.
- CHAGAS FILHO, Carlos. Atualidade e perspectiva da pós-graduação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 58(128):241-8, out/dez 1972.
- _____. A pesquisa biomédica no Brasil (passado, presente e perspectivas). Debate CAPES, 4(1):7-10, maio 1982.
- CHAGAS, Valnir. A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social. Revista Administração de Empresas, 14(5):66-70, set/out 1974.
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. 977/65, Relator: Newton Sucupira. Definição dos cursos de pós-graduação. 25f. Datilogr.
- _____. Parecer n. 826/78 de 9 de março de 1978, Documenta, Brasília (208) mar 1978.
- CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. Conjuntura atual da universidade brasileira. Florianópolis, UFSC, 1967.
- COVIAN, M.R. A essência da universidade. Ciência e Cultura, São Paulo, 31(6):615-20, 1979.
- CUNHA, Luiz Antonio Rodrigues. Educação e desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
- DEBATE CAPES. A nova estrutura da CAPES. Brasília, v.4, n.1, jan 1982.
- DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo, Atlas, 1980.

- DEVOTO, Raúl. Universidad y investigación. Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires, 1968.
- DIDIO, Renato Alberto. A pesquisa educacional no Brasil. Revista Pesquisa e Planejamento, São Paulo, (16):147-58, jan 1975.
- DREIFUS, A. Condições para o trabalho científico no Brasil. Ciência e Cultura, São Paulo, 31(8):951-64, 1979.
- ESSIGMANN, Martin W. Pesquisa. Rio de Janeiro, CRUB, 1973.
- FARIA, Hugo de Castro. A universidade e a pesquisa científica. Ciência e Cultura, 33(9):1192-6, set 1981.
- FÁVERO, Maria de Lourdes A. Universidade & poder: análise crítica/fundamentos históricos, 1930-45. Rio de Janeiro, Achiamé, 1980.
- FELDENS, Maria das Graças Furtado. A pós-graduação e o ensino de 1º e 2º graus: que contribuições podem ser oferecidas? Educação e Realidade, Porto Alegre, 5(3):277-302, set/dez 1980.
- FERNANDES, Florestan. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo, Dominus, 1966.
- FERRAZ, Ester de Figueiredo. A pós-graduação. In: Alternativas da educação. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976. p.169-77.
- _____. O financiamento da educação. In: Alternativas da educação. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976. p.35-53.
- FORMAÇÃO de pessoal: meta do II PBDCT. Treinamento de Executivos, Rio de Janeiro, 2(18):12-5, jun 1975.

- FREITAG, Bárbara. Escola, estado e sociedade. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.
- GADOTTI, Moacir. A Faculdade de Educação e a integração universitária. Cadernos Cedes, São Paulo, 1(2):71-8, 1981.
- GATTI, Bernadete A. Pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, (44):3-17, fev 1983.
- GIANOTTI, José Arthur. Ciência para o desenvolvimento. Exercícios de Filosofia, São Paulo, Editora Brasiliense, 1975. p.5-15.
- GÓES, Paulo de. A ciência no Brasil: ontem e hoje. In: Problemas Brasileiros de Educação. Rio de Janeiro, Lidador, 1968. p.41-9.
- _____. Aspectos administrativos da educação de pós-graduação no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 58(128):224-31, out/dez 1972.
- GOUVEIA, Aparecida Joly. Algumas reflexões sobre a pesquisa educacional no Brasil. Revista Pesquisa e Planejamento, (16): 138-45, jan 1975.
- _____. A pesquisa educacional no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, (1), jul 1971.
- GRACIANI, Maria Stela Santos. O ensino superior no Brasil. A estrutura de poder na universidade em questão. Petrópolis, Vozes, 1982.
- GUIA informativo do ensino superior. Brasil Universitário, Anais científicos, São Paulo, 18(88 e 89), jan/jun 1973.

- LEITE, Celso Barroso. A pós-graduação e o papel da Capes. Rio de Janeiro, MEC, CAPES, 1973.
- LIGHT JR, Donald W. A carreira acadêmica. Diálogo, Rio de Janeiro, 6(3):15-21, 1973. Seção Especial.
- LIMA, Lauro de Oliveira. Pós-graduação: símbolo de excelência. Ciência e Cultura, São Paulo, 33(8):1054-8, ago 1981.
- LINS, Marcionilo de Barros. Universidade e pesquisa. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1974. Conferência pronunciada por ocasião da abertura da XXVI Reunião Anual da SBPC.
- LIVRE Docência. Revista Educação, Brasília, 3(11):128, jan/mar 1974.
- MACIEL, Rubens. Cursos de pós-graduação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 47(105):91-101, jan/mar 1967.
- MARCOVITCH, J. Em prol das instituições de pesquisas eficazes. Ciência e Cultura, São Paulo, 31(4):395-8, 1979.
- MARINHO, Pedro. A pesquisa em ciências humanas. Petrópolis, Vozes, 1980.
- MEDEIROS, Marilu Fontoura de. Pós-graduação: um título a mais? Educação e Realidade, Porto Alegre, (2):17-38, maio 1977.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Portaria n. 530 de 17 de outubro de 1975. Aprova Regimento Interno da Capes.
- MOREL, Regina Lúcia de Moraes. Ciência e estado. A política científica no Brasil. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.

- MOREL, Regina Lúcia de Moraes & MOREL, Carlos M. Um estudo sobre a produção científica brasileira segundo dados do Institute Scientific Information - ISI. Ciência e Informação, São Paulo, 6(2), 1977.
- MOUSSATCHE, Haiti. Algumas dificuldades e aspirações na organização da pesquisa científica em nosso país. Revista Civilização Brasileira, São Paulo, (3):287-304, jul 1965.
- OS CAMINHOS da universidade brasileira. Brasil Universitário; Anais Científicos, São Paulo, 30(91), abr/jun 1974.
- PASQUALE, Carlos. Política brasileira de financiamento da educação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, (119):16-36, 1970.
- PERKINS, James A. Cinco crises abalam as universidades do mundo. Diálogo, Rio de Janeiro, 6(3):3-7, 1973.
- PILLA, Luiz. Universidade: conjuntura e perspectiva. Rio de Janeiro, Cebela, 1966.
- PONTES, Hélio. Educação para o desenvolvimento: estudo crítico da administração educacional no Brasil. São Paulo, Nacional, 1969.
- RAMOS, Athos da Silveira. A universidade e a ciência, a pesquisa e a tecnologia. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, (112):311-22, 1968.
- REALE, Miguel. Realidade e perspectiva da universidade brasileira. Revista Educação, Brasília, (9):107-12, 1973.
- REIS, J. Educação é investimento. São Paulo, Ibrasa, 1968.

- RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis, Vozes, 1980.
- RUMMEL, Francis J. Introdução aos processos de pesquisa em educação. Porto Alegre, Globo, 1972.
- SCHIEFELBEIN, Ernesto. A comunicação entre centros de pesquisa educacional. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, (5):19-33, abr 1973.
- SCHWARTZMAN, Simon. Que fazer com a pós-graduação? Debates CAPES. Brasília, 01 set 1979.
- SELLTIZ et alii. Método de pesquisa nas relações sociais. São Paulo, EPU, 1965.
- SIQUEIRA, Maria Mesquita de. O INEP e a pesquisa educacional. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 62(142):115-8, maio/ago 1978.
- SKEFF, Ana Maria Fernandes. Qualificação dos docentes e produção científica: Universidade de Brasília. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, (48):219-43, jan 1979.
- _____. Universidade: a pesquisa como ideologia. Educação e Sociedade, São Paulo, 4(10):55-61, set 1981.
- SIMONPIETRI, André E. O papel da ciência e da tecnologia do Brasil de hoje. In: Problemas Brasileiros de Educação. Rio de Janeiro, Lidador, 1968. p.53-65.
- SOARES, Magda. Produtividade do ensino superior. Brasília, MEC, 1972.
- SOUZA, Edison Machado de. A pós-graduação na universidade bra-

- sileira. Alagoas, CRUB, 1975.
- SOUZA, Fernando Pimentel. Algumas limitações para o desenvolvimento da pesquisa científica nas universidades federais no Brasil. Ciência e Cultura, São Paulo, 32(8):1028-31, ago 1980.
- SOUZA, Heitor Gurgulino. Recursos humanos para a ciência e a tecnologia-papel das universidades. Revista Educação, Brasília, 3(11):101-12, jan/mar 1974.
- SOUZA, Juresia M. Atividades do corpo docente universitário - estudo de caso na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 1977 (Dissertação de Mestrado) Datilogr.
- SUCUPIRA, Newton. Ensino Superior: expansão, reforma e pós-graduação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 58(128):216-23, out/dez 1972.
- THIOLLENT, Michel. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo, Polis, s/d.
- TRIGUEIRO, Durmeval. A universidade e sua utopia. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 50(112):223-31, out/dez 1968.
- _____. Pesquisa e ensino no mestrado de educação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 58(128):249-64, out/dez 1972.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Nota Informativa n. 53/81 de 6 nov 1981. Comunicação Científica. Datilogr.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Seminário Internacional de administração universitária. Florianópolis, 1971.

_____. Resolução n. 24/82-CEPE de 14 set 1982. Estabelece normas para a distribuição das atividades de magistério, elaboração do plano de trabalho do Departamento, acompanhamento de sua execução, atribuição do regime de trabalho, acompanhamento e avaliação das atividades docentes. 6f. datilogr.

_____. Reitoria. Memorando n. 113/83 de 6 abr 1983. Solicita providências para estabelecer uma sistemática de supervisão e controle dos projetos de pesquisa em realização na UFSC, para Pró-Reitor de Graduação e de Pós-Graduação. 1f. datilogr.

_____. Relatório 83. Florianópolis, 1983.

VAHL, Teodoro Rogério. A privatização do ensino superior no Brasil: causas e conseqüências. Florianópolis, UFSC, Lunar-delli, 1980.

WAGLEY, Charles W. A universidade latino-americana. Diálogo, Rio de Janeiro, 6(3):46-53, 1973. Seção Especial.

ZILLES, Urbano. Pesquisa de caráter interdisciplinar na universidade. Porto Alegre, PUC, 1974.

7 - A N E X O S

Florianópolis, 23 de novembro de 1984.

Prezado colega,

Conforme ficou esclarecido na correspondência enviada anteriormente, e, na qual V.Sa. manifestou-se positivamente no sentido de colaborar com o desenvolvimento de nossa pesquisa, estamos enviando o questionário a ser respondido, para o qual contamos com seu elevado espírito de colaboração.

Como já é de seu conhecimento, estamos realizando um trabalho de pesquisa sobre a produção científica dos docentes da UFSC, egressos de cursos de pós-graduação "stricto sensu", bem como por portadores do título de Livre Docente.

Acreditando que o tema da pesquisa venha ao encontro de seu interesse, solicitamos seja o presente questionário preenchido e devolvido, pelo malote, até o dia 15 de dezembro próximo. Para a devolução do questionário estamos enviando, em anexo, um envelope já endereçado.

Esclarecemos que o questionário não precisa, necessariamente, ser assinado ou identificado, ficando assegurado, desta maneira, a não identificação do respondente, se assim o desejar.

Informamos, ainda, que a sua colaboração é muito importante para a realização do nosso trabalho e, que os resultados estarão à sua disposição, caso manifeste interesse em conhecê-los.

Antecipadamente agradecemos o seu apoio.

Atenciosamente,

Nina Rosa Lima Medeiros

EED - ramal 245

Iª PARTE: CARACTERIZAÇÃO DO DOCENTE

Para o preenchimento desta parte do questionário, assinale com (x) a alternativa que corresponda ao seu caso, ou complete a informação desejada.

01. Sexo:

() feminino

() masculino

02. Nacionalidade:

() brasileiro nato

() brasileiro naturalizado

() estrangeiro

03. Idade:

() entre 22 e 26 anos

() entre 27 e 31 anos

() entre 32 e 36 anos

() entre 37 e 41 anos

() entre 42 e 46 anos

() entre 47 e 51 anos

() entre 52 e 56 anos

() acima de 56 anos

04. Centro: _____

Departamento: _____

05. Regime de trabalho:

() 20 horas

() 40 horas

() 40 horas e dedicação exclusiva

06. Situação funcional na UFSC:

- () assistente
 () adjunto
 () titular
 () visitante

07. Vínculo empregatício

- () estatutário
 () celetista

08. Ano de ingresso na UFSC, como docente: _____

09. Nome, localização das Instituições e períodos em que obteve seu(s) grau(s) acadêmico(s).

ESPECIFICAÇÃO GRAUS ACADÊMICOS	NOME DA INSTITUIÇÃO	ESTADO/PAÍS	ANO	
			INÍCIO	TÉRMINO
MESTRE				
DOUTOR				
LIVRE DOCENTE				

IIª PARTE: PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Esta parte do questionário refere-se a informações sobre a produção científica dos docentes da UFSC, não implicando, necessariamente, que esta produção tenha sido realizada dentro da UFSC.

Entende-se produção científica, para efeitos desta pesquisa, aquele trabalho científico espontâneo, não obrigatório, que emerge exclusivamente da vontade de seu autor. Desta forma, não serão consideradas as dissertações de mestrado e/ou teses de doutorado que, embora reconhecidos como trabalhos de alto valor científico, constituem-se em requisito para obtenção de graus acadêmicos. Também os trabalhos elaborados para a obtenção do título de livre docente, bem como os realizados para a participação do docente em concursos para a carreira do magistério, deixam de ser considerados.

Considera-se produção científica:

- publicação de livros
- publicação de resultados de pesquisa
- apresentação de trabalhos em encontros nacionais ou internacionais
- publicação de artigos em revistas e/ou periódicos nacionais ou estrangeiros
- outros tipos de publicações

Quaisquer outras informações serão bem vindas. Faça-as ao final do questionário.

Muito obrigada!

01. Você realizou trabalhos científicos?

() Sim

() Não

01.1. Caso tenha respondido afirmativamente, preencha todo o questionário, iniciando pelos quadros que seguem detalhando todos os trabalhos realizados, se possível em ordem cronológica. No preenchimento dos quadros, quando houver necessidade, utilize o verso das folhas.

01.2. Caso sua resposta seja negativa, responda as questões de números 3 até 5, lendo as instruções iniciais da página 14.

01.1.1. LIVROS PUBLICADOS

TÍTULO	NA SUA ÁREA ESPECÍFICA		ANO	ÓRGÃO DE PUBLICAÇÃO
	SIM	NÃO		

01.1.2. RELATÓRIOS DE PESQUISAS PUBLICADOS

TÍTULO	ANO	ÓRGÃO DE PUBLICAÇÃO

01.1.3. APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS EM ENCONTROS NACIONAIS (CONGRESSOS, SEMINÁRIOS, SIMPÓSIOS, PAINÉIS, ETC.)

NOME DO EVENTO	LOCAL CIDADE/ESTADO	ANO	TÍTULO DO TRABALHO APRESENTADO

01.1.4. APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS EM ENCONTROS INTERNACIONAIS (CONGRESSOS, SEMINÁRIOS, SIMPÓSIOS, PAINÉIS, ETC.)

NOME DO EVENTO	LOCAL ESTADO/PAÍS	ANO	TÍTULO DO TRABALHO APRESENTADO

01.1.5. TRABALHOS PUBLICADOS EM REVISTAS E/OU PERIÓDICOS NACIONAIS

NOME DA REVISTA E/OU PERIÓDICO	LOCAL CIDADE/ESTADO	ANO	TÍTULO DO TRABALHO PUBLICADO

01.1.6. TRABALHOS PUBLICADOS EM REVISTAS E/OU PERIÓDICOS ESTRANGEIROS

NOME DA REVISTA/PERIÓDICO	LOCAL CIDADE/PAÍS	ANO	TÍTULO DO TRABALHO PUBLICADO

01.1.7. Acrescente aqui, qualquer outro tipo de produção científica por você elaborada, não considerada anteriormente e indique com que frequência é produzida.

TIPO	PERIODICIDADE	DIVULGAÇÃO

Para responder as questões de números 2, 3, 4.1 e 4.2, assinale tantas alternativas quantas julgar necessário, numerando em ordem crescente consecutiva, a partir do nº 1 (que será considerada a opção mais importante). Observe que você não deve repetir nenhum número.

2. Que fatos favoreceram a realização de trabalhos científicos?
- () disponibilidade de horas semanais destinadas à realização de pesquisa
 - () obtenção de bolsas especiais
 - () realização de convênios com entidades nacionais e/ou estrangeiras
 - () interesse pessoal
 - () incentivo do Departamento e da UFSC para realizar pesquisas
 - () intercâmbio entre os Departamentos
 - () outros. Quais? _____
-
3. Que motivos dificultaram ou impediram o desenvolvimento de trabalhos científicos?
- () nº excessivo de horas/aula. Quantas, em média, em 1984?

 - () dificuldade em obter financiamento
 - () envolvimento em atividades administrativas
 - () ausência de material bibliográfico
 - () entraves burocráticos
 - () desinteresse pessoal por pesquisa
 - () desconsideração de trabalhos já realizados
 - () ausência de incentivo funcional
 - () falta de espaço físico adequado
 - () ausência de linha de pesquisa ou falta de orientação para a pesquisa
 - () rivalidade pessoal ou entre grupos dentro da Instituição
 - () outros. Quais? _____
-

4. Para a realização de trabalhos científicos, considera que a conclusão do curso de pós-graduação, tenha contribuído positivamente?

() Sim

() Não

4.1. Caso afirmativo, em que aspectos foi sentida esta contribuição?

() nos conhecimentos adquiridos

() na atitude de investigação obtida

() na seleção do assunto a ser investigado

() na elaboração do projeto

() na seleção da metodologia

() na organização dos instrumentos

() no desenvolvimento do trabalho

() na redação do relatório

() na interpretação dos resultados

() outros. Quais? _____

4.2. Caso negativo, que fatores podem ter desmotivado a continuação do desenvolvimento da produção científica?

() falta de autonomia para decidir sobre temas de pesquisa

() não ter obtido conhecimento suficiente de metodologia da pesquisa

() tempo de duração do curso de pós-graduação

() dificuldade para a publicação dos trabalhos produzidos

() outros. Quais? _____

5. Você já desenvolveu atividades administrativas na UFSC?

() Sim

() Não

(Observação: Entende-se por atividades administrativas, as exercidas nas funções de Coordenador de Cursos, Diretor de Departamentos Administrativos, Diretor de Centros, Chefe de Departamentos Acadêmicos, Pró-Reitor, Reitor e outras, para as quais sejam destinadas mais de 8 horas semanais).

5.1. Caso afirmativo, em que períodos? (Registre mês e ano de início e fim de cada período)

MÊS E ANO DE INÍCIO DO PERÍODO	MÊS E ANO DO FIM DO PERÍODO

6. Você tem solicitado financiamento para a execução de seus trabalhos científicos?

Sim

Não

6.1. Caso afirmativo, para qual entidade foi feita a solicitação de financiamento? (Assinale tantas alternativas quantas julgar necessário)

à Instituição de origem, antes do ingresso na UFSC

a própria Instituição, após o ingresso na UFSC

a outras entidades nacionais

a entidades internacionais

6.2. Com que frequência você tem obtido o financiamento junto à(s) entidade(s) procurada(s)?

ENTIDADES FREQUÊNCIA	Própria Instituição		Entidades Nacionais	Entidades Internacionais
	Antes do ingresso na UFSC	Após o ingresso na UFSC		
Sempre	()	()	()	()
Muitas vezes	()	()	()	()
Algumas vezes	()	()	()	()
Nunca	()	()	()	()

7. Coloque abaixo qualquer outra informação julgada relevante.

Mais uma vez, muito obrigada!